

1. BRAGANÇA DE TRÁS-OS-MONTES

Não tenho culpa de ter nascido em Portugal, mas exijo uma pátria que me mereça
Almada Negreiros, pintor, escritor, poeta (1893-1970) *Ultimato às Gerações futuristas*



I.1. SAUDADES E MEMÓRIAS TRANSMONTANAS, VIAGENS INESQUECÍVEIS DE TEMPOS JUVENIS, CRÓNICA 58. SET.º 2008.

Sei, porque me contaram, - que pelos dois anos de idade - fui às berças a Trás-os-Montes (Eucísia, Alfândega da Fé) donde a minha mãe era originária. Contraí, então, uma primo-infeção gravíssima tendo sido assistido pelo Dr. Miranda, único médico da vila de Alfândega, que na sua santa ignorância diagnosticou qualquer coisa e disse que a débil criança não tinha hipóteses de sobreviver. Ainda bem que sobrevivi para vos contar que fui levado de emergência para a cidade onde fui devidamente diagnosticado e tratado.

A primo-infeção¹ ocorre quando se entra em contacto com o bacilo da tuberculose. A possibilidade do contacto ocorrer até os 10 anos de idade é muito grande na proximidade de pessoas infetadas; ambientes fechados e pouco ventilados favorecem o contágio. O bacilo de Koch é expulso nas gotículas que eliminamos pela respiração e pela tosse. Precisam medir 5 micro, menos que um milímetro, para percorrer o aparelho respiratório (nariz, traqueia, brônquios, etc.) e alcançar os alvéolos, nos pulmões.

É neles que a doença vai desenvolver-se, forma um granuloma, um microcaroço, recoberto de cálcio para enterrar literalmente o bacilo. Por isso, nas radiografias de tórax, é comum encontrar um nódulo calcificado consequência da primo-infeção por tuberculose. Não tem significado patológico e fica onde está para o resto da vida. Ainda não há vacina. Esta infeção pode debilitar e matar um bebé de tão tenra idade.

Recorde-se que, nessa altura, as distâncias eram avassaladoras apesar da pequenez do país. Havia comboios regionais e os transportes entre distâncias pequenas eram quase como travessias dos mares alterosos nos infindos oceanos no tempo das Descobertas. A viagem de Trás-os-Montes ao Porto era uma epopeia reminescente da homónima marítima.

.... Enquanto os avós paternos iam em dois carros (após o fim da primeira grande guerra) até Paris, com filhos, pessoal e um cão S. Bernardo, o “Leão”, como o meu pai nunca se cansou de recordar como memória mais marcante de tenros anos.

Eu evocava as viagens históricas a Trás-os-Montes. Do Porto a Alfândega da Fé era um dia completo, uma tarefa demorada, cansativa e pejada de perigos. Muito mais do que um dia tinham demorado os avós maternos que, ao casarem em 1920, creio, resolveram passar a lua-de-mel em viagem no percurso de Bragança ao Porto na diligência da mala-posta. Era o único meio de transporte, à época, sem a pompa dos coches, sem o romantismo das seges e tipoias e sem o misticismo das velhas caravanas ou diligências do

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

oeste bravo nos EUA. Aqui não havia índios selvagens, mas era terreno fértil para assaltantes e saqueadores², prática que se manteve até ao séc. XX.



A velha EN 15 ligava Ermesinde, Amarante, Vila Real, Mirandela e Bragança. No plano de 1889, a rede incluía as Estradas Reais (nacionais), as Distritais (regionais) e as Municipais (locais). Em 1910 a designação "Estrada Real" foi substituída por "Estrada Nacional³". Na longa e sinuosa EN 15, ou noutras para Trás-os-Montes, o maior tormento era quando se encontrava um velho autocarro de passageiros, de fabrico anterior à 2ª Grande Guerra, servindo de carreira (de passageiros), arrastando-se penosamente, montanha acima, por entre nuvens de fumo de poluente gasóleo.

Penava-se atrás dele. Era um inferno. As pessoas a tossirem. Com o calor de verão não se suportavam janelas fechadas. Ultrapassar, só se o condutor fosse simpático e se desviasse ou parasse pois as estradas não concebiam a modernice das ultrapassagens. Havia paciência nessa época, as pessoas não viviam numa lufa-lufa como hoje, e aceitavam como inevitabilidade do destino o que se lhes deparava, mesmo que fosse ir na pegada de um velho machimbombo fumegante durante quilómetros a fio ou horas.

Por vezes, entre vilas ou cidades, surgia uma paragem para passageiros, muitas vezes não assinalada e sem o habitual abrigo para as pessoas se resguardarem da inclemência dos elementos. Outras vezes, havia um motorista simpático que deixava sair um habitante local fora do local da paragem e perto da sua área de residência. Essa era, frequentemente, a oportunidade de se fazer a ultrapassagem a velocidade moderada na estreita rodovia onde mal cabiam dois veículos, lado a lado.

Os carros circulavam então em segunda ou terceira velocidade que essas modernices de cinco e seis velocidades de caixa também não tinham sido inventadas. As estradas tinham poucas retas e não eram suficientemente compridas para se adquirir velocidade e ultrapassar, pelo que se ia a penar atrás da viatura pesada. Nas estradas em terra, o pesadelo era bem pior, pois aos fumos tóxicos acrescentava-se a poeira fina e miúda, penetrante como areia do deserto, que se infiltrava nas narinas e nos poros e obrigava a um banho após a chegada ao destino. Seguir na pegada doutro veículo significava guiar às escuras por entre espessas nuvens de pó.

A esta distância temporal, parecem cenas de um filme mudo, a preto e branco, tão difícil é descrever o que se perdeu na memória. Imagem sempiterna era a dos cantoneiros, que trabalhavam de sol a sol, levando a mão à aba do chapéu para saudar o atrevido viandante que se afoitava a ir às terras do fim do mundo, especialmente à Eucísia, perdida nos montes sobranceiros ao majestoso e fértil Vale da Vilariça. Vestiam soturnas fardas cinzentas para que não se visse o pó que os cobria. A eles cabiam pequenas obras de manutenção da estrada, reparação dos muretes derrubados, pintura dos troncos das árvores, e o trabalho infimo de apararem as silvas e arbustos que das bermas irrompiam para a estrada. Também lhes cabia dar umas pazadas de piche quente sobre o asfalto esburacado pela inclemência do clima transmontano.

Se bem que, nalguns casos, trabalhassem em grupos, a maioria trabalhava em pares de dois ou solitariamente. Viviam normalmente nas cercanias da área de trabalho para onde se deslocavam em longas caminhadas. Noutros casos, passavam os meses acantonados nas célebres casas de cantoneiros, bem típicas, e que hoje, infelizmente, estão abandonadas e degradadas por todo o país, sem que alguém as reabilite e converta em Turismo Rural ou qualquer outro fim.

Os carros na conturbada viagem do Porto a Trás-os-Montes gastavam quase tanto de óleo e água como gasolina. O gasóleo era exclusivo de tratores e autocarros que se debatiam a 10 km/h, serra acima, poluindo e deixando quem vinha atrás acochado por ataques de tosse devido à inalação dos gases. A gasolina sem chumbo não fora inventada (havia a Normal de 88 octanas e a Super 91 octanas, hoje temos 95 e 98 octanas). Havia poucos postos de abastecimento e era necessário programar os consumos para não se ficar parado. Nessa época, ainda os termómetros tinham mercúrio e faziam as delícias dos mais novos quando se partiam e o mercúrio não se desfazia, rolando numa pequena bola maleável... com a qual se brincava despreocupadamente (e ainda estou vivo)

Nos anos 1950 e 60, a viagem até Vila Real, era coisa para demorar três horas e meia pela lenta e sinuosa Serra do Marão. Não era aconselhável fazê-la de noite. Um tio meu andava sempre com uma pistola, no porta-luvas do carro, para os encontros prováveis de primeiro grau, que bem podiam acontecer em plena década de 1960. Nunca se sabia quando apareceriam os meliantes, uns pobres diabos em busca de uns dinheiros trocados e pouco mais, que a tanto não ajudavam nem a arte nem o engenho.

Eram tempos de miséria no interior de Portugal, o espetro da guerra colonial e a fome eram perspectivas comuns aos que não tinham conseguido pagar aos "passadores" que "a salto" lhes prometiam a França e Alemanha do seu contentamento. Ali seriam tratados como escravos, mas teriam trabalho e pagar-lhe-iam as jornas, com que mais tarde iriam construir uns mamarrachos conhecidos como casas de emigrantes que hoje poluem os montes e vales de muitas das aldeias do norte de Portugal.

Na viagem até Trás-os-Montes, ao aproximar-se a árdua e sinuosa subida do Marão, ressoavam sempre as palavras do velho adágio popular "Para cá do Marão mandam os que cá estão". Nesse tempo, tal como hoje, não se tratava de uma manifestação reivindicativa, nem de uma afirmação independentista, mas apenas a contestação ao abandono a que as populações estavam votadas. Não eram só a distância e as dificuldades de

comunicações, terrestres ou outras, que dificultavam as ligações à cadeira do poder em Lisboa, fosse ele real ou republicano.

Havia um profundo desdém da “corte”, desde tempos imemoriais, pelos provincianos transmontanos, considerados atávicos e atrasados. Isso explicou durante séculos as más ligações rodoviárias, ferroviárias, telegráficas e telefónicas a essa parcela distante do retângulo português. Ainda hoje serve para explicar a dilapidação do rico património turístico que eram as linhas de caminho-de-ferro, retiradas pela calada da noite, entre Bragança e Mirandela, ou após extraordinários acidentes, na Linha do Tua, que ninguém sabia explicar, mas que eram excelentes desculpas para desativar uma via em nome da segurança.

O Opel Olympia 1955 do avô fumegava enquanto pavorosamente subia o Marão. Os carros tinham grandes dificuldades a subir com as temperaturas elevadas que ali se faziam sentir no verão. Quando, por vezes, decidiam desviarem-se para visitar os primos (Pinto de Magalhães⁴) que tinham a velha casa senhorial em Ribalonga, São Mamede de Riba Tua (Carrazada de Ansiães) no concelho de Alijó, o carro tinha de parar na íngreme subida. O mesmo acontecia na abrupta subida de Murça. Tinha de se dessedentar o radiador com água fresca e o motor com óleo.

Contam que se assavam sardinhas nos carris do caminho-de-ferro na estação do Pocinho, um pouco adiante, onde a temperatura à sombra rondava os 40 °C ou mais no verão... No longo trajeto (mais de 200 km) havia inúmeras passagens de caminho-de-ferro, uma linha de via única para os comboios a vapor que, há sessenta anos, faziam aquele itinerário, ligando o litoral ao interior, ora por entre calor abrasador, ora entre chuva, trovoadas e neves inverniais. Esperava-se uma eternidade, 15 minutos ou mais, com o pequeno semáforo vermelho e a campainha a apitar incessantemente, até o comboio passar, apitando a todo o vapor, pressuroso e temeroso de quem ousasse atravessar-se na estreita via sulcada à estonteante velocidade de 30 km/h.

Serpenteava a maior parte do tempo à vista da estrada, entremeada de curvas e contracurvas, desbravadas por entre montes cortados à pá e picareta no século XIX. No Brasil foram os escravos quem fez esse trabalho, em Portugal eram homens livres e alguns, poucos, degredados pois estes tinham a irritante tendência para desaparecerem e nunca mais serem vistos. Essas rodovias, originalmente de macadame (brita e saibro compactados por um rolo ou cilindro), começaram a ser asfaltadas em finais de 1950 e estavam engalanadas ao longo do seu trajeto com árvores (carvalhos, castanheiros, o que calhava) de troncos pintados a branco, como ainda hoje se observa nos Açores.

Era uma moda do pós-guerra em nome da segurança rodoviária. Ainda não se tinham inventado os “rails” de proteção e nas estradas de montanha havia apenas uns pequenos muretes, de quarenta por vinte centímetros, que era tudo o que protegias as viaturas e que separava o leito da via do abismo, centenas de metros abaixo. Quando havia um acidente e alguém saía da estrada, tinha de se ter muita fé e esperar que alguém passasse. Tudo dependia da sorte, do dia da semana e da hora a que o acidente ocorresse. O movimento era reduzido, mas podia haver a felicidade de passar um carro de praça, nome dado aos táxis das terras do interior. Ou poderia passar uma camioneta de carreira (algumas só passavam uma vez por semana).

Turismo não se fazia naqueles dias e poucos dispunham de viatura particular para se deslocarem, usando os lentos transportes públicos, fossem o caminho-de-ferro ou a “carreira” onde eram transportados alguns víveres e o correio das cidades para o inacessível interior. Não havia telemóveis nem postos de telefone “SOS” na berma. Aliás, a via seguia, muitas vezes, o caminho dos velhos postes dos telégrafos que iam até cidades e vilas onde começaram a ser colocados na segunda metade do século XIX (1856 a 1878). Ali se implantaram, posteriormente, os telefones a partir de 1882 e até à década de 1960, embora fossem considerados um luxo ao alcance de poucos. A generalização do serviço telefónico nacional e das centrais automáticas, só estaria concluída no final de 1980

O comboio da Linha do Douro ia do Porto à Régua, e mudava-se para outro comboio da Linha do Tua mais lento ainda ou uma automotora até ao Pocinho. Depois ia-se de carro até à Junqueira (hoje há uma alternativa ao lado em itinerário IC e uma nova autoestrada), na estrada sinuosa que ainda hoje mantém o mesmo traçado bonito mas arrepiante e daqui em diante eram 20 km em estrada de terra batida para Alfândega da Fé, e seis ou sete quilómetros até à Eucísia que teria uns 800 habitantes nessa época, bem mais do que os 170 que lá habitavam em 2005 ou os 50 em 2010...

Os comboios a vapor, abastecidos a carvão, raramente excediam os 30-40 km/h pelo que a viagem horrorosa da minha primo-infeção ficou para sempre gravada na memória dos meus pais que a narravam, vezes sem conta, a quem não sabia dessa desventura. Claro está que, além de não ganharem para o susto com a doença do filho único, viram-se privados das almejadas férias.

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

Esta linha fazia parte dum projeto ambicioso de caminho-de-ferro⁵ até Zamora, Espanha, nunca completado. Em setembro 1887 foi inaugurada a Linha do Tua, nove anos depois da apresentação dos projetos. Em dezembro 1906, concluiu-se a extensão até Bragança.

Pois bem, tive uma infância e juventude que só mais tarde apreciei na sua plenitude. Recordava-me dos avós maternos me levarem de férias pela primeira vez sem os pais. Há imagens disso em 1954. Que liberdade, que frescura, que lufada de vida não fora. Teria uns 5 anos nessa viagem histórica no Opel Olympia preto com a matrícula IB-17-55. (na imagem).



O tabaco ainda não fazia mal e era glamoroso, o cancro era uma palavra desconhecida. Depois na memória ficavam as curvas rápidas e sinuosas depois do Pópulo e de Alijó, até Carrazeda de Ansiães antes de Vila Flor... Uns anos mais tarde começou-se a poder encurtar caminho vindo pelo Pópulo, seguindo para Murça até Mirandela, passando pela então recém-aberta estrada de montanha na Serra de Bornes (hoje o traçado é o mesmo).

Saía-se do Porto de manhã, bem cedo, parava-se para almoçar em casa dos tios Nóbrega Pizarro em Alijó ou (a partir de 1964) em Vila Real, (primeiro na Rua Diogo Cão, depois na Rua D. Afonso III) onde viviam e depois recomeçava-se para chegar ao cair da noite à aldeia.

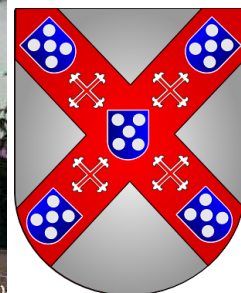
Os tios Nóbrega Pizarro em Vila Real tiveram um VW Carocha bege (OO-14-18), um cinzento Opel Rekord (cuja matrícula não recordo), antes do desportivo Talbot (Sunbeam) Rapier Fastback Coupé de 1967 (conhecido como Sunbeam Alpine GT) e acabaram nos topos de gama da BMW.



1.2. VIMIOSO. A CASA DOS CONDES DE VIMIOSO

Como diria Miguel Torga, "Vê-se primeiro um mar de pedras...oceano megalítico..." no Reino Maravilhoso, com nove meses de inverno e três de inferno.

O mar de pedras irá emprestar-lhe o olhar, para conhecer as ondas deste Reino. Vimioso (em mirandês Bumioso) é uma vila no Distrito de Bragança, sede de município com 481,47 km² de área e 4669 habitantes (2011), com catorze freguesias.



Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

A nossa casa de Vimioso⁶ foi habitada pela família da bisavó Maria (de Jesus) Moraes, desde tempos incertos (não encontrei dados centenários) sendo interrompida quando o meu avô a vendeu por volta de 1962, creio. A minha mãe voltou a vê-la (pela primeira vez desde que saíra de Trás-os-Montes, 64 anos mais tarde, em 2003), quando insisti para lá a levar em romagem de saudade.

Os que lá habitavam no ano de 2003, eram os caseiros do meu avô e a filha do caseiro ainda se lembrava dele. Embora atualmente sujeita a várias alterações, acrescentos no exterior e no seu interior e a subdivisões várias, a fachada, maltratada, ainda é imponente embora não se saiba ao certo a data da sua construção que deve ser do século XVI⁷. A primeira vez que lá fui teria 5 ou 7 anos quando ainda era a casa do meu avô materno mas viria posteriormente a redescobri-la em expedições de férias na Europa (1980, 1995) e a partir de 2002 quando vivi em Bragança.

Um primo do meu avô (Alberto Lopes, de Carção, o pai dele e o meu bisavô eram primos direitos), contava-me em Bragança, já no século XXI, que o meu bisavô Alves, de Vimioso, tinha resolvido tirar umas férias de funcionário das Finanças. Fora de vapor com o pai do primo Alberto, que era médico da Marinha Mercante, ao Brasil descobrir as belezas da Terra Maravilhosa. Deve ter gostado do que viu, tão diferente da pequena vila natal. Demorou tanto a regressar que ia ficando sem o emprego. Quando voltou, a bisavó Maria, de sua graça, resolveu ostracizá-lo depois de saber o que andara lá a fazer. Ele limitara-se a repetir a saga de milhares que deram novos mundos ao mundo, e assim foram perpetuando a raça portuguesa nas quatro paradas do globo. Fizera o que tantos, antes dele, já haviam feito durante séculos ao miscigenarem-se e dar novos cristãos ao mundo. A bisavó Moraes avisou-o de que, a partir de então, se limitaria a servir-lhe o conduto pois eram as obrigações legais e necessárias de mulher casada pela Santa Madre Igreja. Evitara qualquer outro contacto. Desgostoso, o bisavô Alves não encontrou melhor solução do que voltar-se para a companhia mais benevolente dos copos, que o haveriam de acompanhar até à morte. Em vez de se meter a caminho e regressar ao Brasil, acabou amortilhado naquela vivência sem jeito mantendo a aparência de casamento e cumprindo as rotinas de funcionário das Finanças.

Isto foi-me contado, por esse primo Alberto Lopes (da mesma idade da minha mãe) já então com mais de oitenta anos. Tinha acabado de descobrir mais um elo de ligação aos antepassados, ainda que fosse pouco abonatório. Essa bisavó Maria, da qual guardo poucas recordações, viveu até aos 91 anos (teria eu 14-15 anos), era uma pessoa de aparência azeda e de poucas palavras, muito ensimesmada, a quem nunca vira um sorriso por baixo do seu viçoso buço. Poucas foram as palavras que troquei com ela. Talvez tivesse razões de sobra para ser assim, depois do infortúnio do marido que lhe saíra em rifa teria ainda como prémio, a paga de ser maltratada pela nora (os maus-tratos verbais da minha avó materna), mas convenhamos que não deve ter tido uma vida fácil.

1.3. EUCÍSIA (ALFÂNDEGA DA FÉ) 1.3.1. EUCÍSIA

Em 2006, a Eucísia era caracterizada pelo edil como tendo agricultura, construção civil e pecuária. Esta era a aldeia da avó materna e da mãe, cognominada “a terra das feiticeiras”. Desconheço onde descortinou, no rol dos habitantes, pessoas para tais mesteres (128 hab. em 2011). A média de idades era setuagenária.

“A beleza das paisagens e a água em abundância são as principais riquezas da terra, que viu partir a juventude para terras longínquas. Aqui não há emprego. A única fonte de rendimentos é a agricultura, o que levou os jovens a emigrar”, lamenta José Carlos Pimentel, Presidente da Junta de Freguesia (2006). A festa e romaria de S. Sebastião celebra-se no primeiro domingo de setembro. Os oragos são S. Paio e Santa Justa. Como património o Santuário neolítico de Revides, a fonte da Gricha e o forno dos mouros. Na gastronomia enchidos e queijo de ovelha churra. O artesanato era de Rendas e Bordados.



Foto da Eucísia vista da quinta de Magalhães 8 vista para o vale da Vilaríça



chrys 1962 eucisia vista geral2 e



chrys 1962 eucisia vista geral3

Eucísia 1962 e vista de casa para o vale da Vilaríça

Lia-se no Diário de Trás-os-Montes (2009):

[A] Eucísia, no concelho de Alfândega da Fé, conhecida pelas lendas das feiticeiras e pelo património histórico e arqueológico. Pelas ruas da aldeia pessoas idosas, recordam os tempos em que os jogos de roda e o convívio preenchiam os dias. Os tempos de antigamente permanecem gravados na memória, tal como as lendas que associam a localidade a “terra de feiticeiras”. “Ouvi contar a lenda das feiticeiras aos antigos. Diziam que veio para cá um padre que se embebedou, e, no dia seguinte, acordou na loja de um cavalo. Então espalhou que foram as bruxas que o levaram para lá”, explicou Adélia Monteiro, de 67 anos. A partir daí, quem passava temia o poder das feiticeiras e alguns até traziam trovisco para as afugentar. “Contava-se que passou aqui um homem a cavalo num burro com um ramo de trovisco. As mulheres sentiram-se ofendidas e juntaram-se todas para bater ao forasteiro”, recorda Maria Alice (habitante pouco mais velha do que eu, antiga vizinha bem conhecida da família). O tempo passa devagar. É um local de sossego e calma transmitida pela natureza imutável há séculos 9

Era eu ainda um infante quando imaginava (ninguém me explicara o oposto) que as feiticeiras fossem a avó e as tias-avós. Não sabia porquê, nem o conseguia explicar nos atos delas, mas imaginava que se aquela aldeia era das feiticeiras, elas o poderiam ser, mesmo sem me causarem calafrios ou medo a mim e a outras crianças. Podia acontecer que só fizessem feitiços aos que não pertenciam à família ou aos que não pertencessem à aldeia, que não era mais que um destino sem saída, um mero desvio de 1,5 km em terra, na estrada de macadame de Alfândega da Fé à Junqueira. Mas a verdade é que é mesmo a terra das feiticeiras que me enfeiticearam para todo o sempre e me tornaram nativo da Eucísia sem lá ter nascido.

Em Bragança todos se habituaram, ao longo dos anos que lá vivi (2002-2005), a ver-me como um australiano que falava português, sem pressagiarem os meus antecedentes genéticos. Nem eu os confessava. Fora preciso enxergar nas entrelinhas enquanto coligia o Cancioneiro Transmontano 2005¹⁰. Foi então, enquanto lia testemunhos, lendas e contarelhos de pessoas de idade avançada que reavivei a origem transmontana de que andava arredada. Sempre soube que a parte materna da minha família era da enorme ilha chamada Trás-os-Montes encravada no oceano dos sargaços e algas enleantes e viscosas em rija fraga. Portugal profundo, chamavam-lhe os governantes, como sinónimo de Nordeste esquecido.

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

Depois fui revisitar o baú das reminiscências e recriei passos dados quarenta anos antes por aldeias, vilas, lugares e lugarejos perdidos na memória de tempos idos. Visitei-os a todos e raras vezes encontrei os coevos desses percursos da infância: a desertificação humana maciça e a longevidade haviam aniquilado a hipótese de reconstruir memórias. Da família havia poucos sobreviventes e dos outros, eram escassos os mais velhos, para me falarem desses tempos. Foi nalguns, mais novos, que reencontrei menções aos meus avós maternos e à minha mãe.

As aldeias pujantes e vibrantes de vida escrava, nesse semifeudalismo que era a Trás-os-Montes dos anos 60 do século passado, haviam progredido: havia mais casas novas e maiores, mas as velhas casas senhoriais estavam abandonadas, desertas e em ruínas. Das gentes sumira-se-lhes o rasto, perdidas na voragem consumista das grandes urbes anónimas no litoral que o 25 de abril roubara à emigração a salto. Teriam progredido? Maiores e bem mais desertas, inabitadas. Vazias e sós. Tristes se as casas tiverem sentimentos como as plantas. Disto ninguém falava melhor do que o micalense Daniel de Sá no excelente livro “Os Pastores das Casas Mortas” e nem transmontano era. Desaparecidas as “vendas”, os cafés e as tabernas. Mesmo as que tinham sido substituídas por lojas mais modernas e cafés mais higiénicos, mas nem botequins havia já. Não restara quem os sustentasse. Os escassos setuagenários, congregados no adro das igrejas ocupavam os tempos vagos como vazias estavam as igrejas. Vazias. Sem serviços dominicais. Escolas abandonadas às silvas. Destroços. Poucas aproveitadas e ocupadas por novas valências. Definhavam na vegetação que se reapoderava dos seus terrenos. Aqui e ali medravam em túbias esperanças de turismo rural ou escolas transmutadas em juntas de freguesia desertas, algumas reconvertidas em lares de terceira idade.

Penso que (o meu filho) um dia possa dar valor a isso como dei às minhas memórias transmontanas de infância. Quis explicar à minha nova família como era a vida naqueles tempos perdidos na memória e no tempo e não havia como. A casa dos meus avós abandonada e arruinada, como tantas outras. TENHO ORGULHO DE SER TRANSMONTANO. 05-05-2005

Uma parte inicial da Rua Direita (as casas importantes estavam aí) tinha o piso em calçada, todo o resto lá para riba rumo à capela de São Sebastião, era em terra, poeirenta ou lamacentá. À exceção do miradouro da Capela de S. Sebastião, no cimo do monte mais alto, no termo da aldeia, com exuberante vista para o Vale, não se ia a lado nenhum. Acabava ali. Tal-qualmente uma ilha perdida. Uma ilha esquecida no nordeste transmontano. Princípio e fim de muitas vidas sem porta de saída para outras paragens, até um dia na década de 1960, os que dali jamais abalaram descobriram a saída, e uma vez saídos poucos regressavam. Como tantas outras, ia a caminho da sua total desertificação em 2005 (128 hab em 2011). E em vias de ficar deserta em 2020.

Milhentas vezes visitei a Capela de S. Sebastião, nos anos 60, sempre de portas abertas. Ia-se lá com o único intuito de observar o glorioso pôr-do-sol sobre o Vale da Vilariga. Sentava-me nos degraus à espera que o sol baixasse. Ainda não havia máquinas digitais, mas eu tinha um velho “caixote” Kodak com o qual tirava fotos que, na sua maior parte infelizmente, não chegaram até hoje. Guardei no subconsciente as imagens que tento descrever com palavras. A pequena capela em honra do santo era igual a tantas que por aí há, dedicadas a um qualquer outro santo, no cimo dum qualquer monte.

Hoje não há gente e a Capela já não está caiada e tem o reboco à mostra, mas está fechada, rodeada por estradas asfaltadas da Eucísia à vizinha Santa Justa e a Vilarelhos, por onde não viajam as gentes das terras pois as não há, mas onde circulam turistas de ocasião de visita a esses jardins zoológicos em que as aldeias quase desertas se tornaram... Dantes, era apenas um insignificante desvio poeirento, quase impercetível, na estrada entre Alfândega da Fé e a Junqueira, serpenteando pelos montes retalhados por curvas, à sombra imponente de Bornes e com o olhar deitado para o fértil Vale da Vilariga.

Na Eucísia, o povo dedicou a Matriz aos padroeiros, S. Paio e Santa Justa. É um templo modesto, quatro altares e humilde fachada, a escassos metros da habitação de “franceses” (emigrados 1960) logo ao início da Rua Direita. Logo na entrada do povoado, fica na descida, num adro triangular onde confluem as duas principais vias da aldeia. Curiosamente a igreja fica de costas para a estrada e voltada para a povoação, se bem que escondida desta. Teria sido melhor orientar a fachada para qualquer um dos outros três lados, sem que as habitações à sua volta se sobrepujassem à sua fachada e quase a abafassem, mas não faz diferença pois já não há fiéis nem padres para ali oficiarem, apenas a feiura dum casa de emigrantes com ferros forjados a colorir a sombra do alçado da Igreja.



Capela de São Sebastião 1980

em 2016

igreja da Eucísia 1980



em 1982, as 6 portas da casa dos bisavós, a primeira parte descaracterizada e "modernizada" desde 1970. A figueira, seca, nas traseiras em 2010.

Na Eucísia há um inestimável património: o santuário rupestre de duas lajes de grandes dimensões, as “pedras escritas” da quinta de Ridevides ou Revides, a 200 m da Ribeira da Vilarça e 300 m de Santa Justa. O que são? Um conjunto de gravuras rupestres proto-históricas sobre um bloco de xisto rente ao solo, com superfície quase lisa, orientado a sudoeste. Consistem em triângulos, formas em escada, cruciformes, quadrados, retângulos e ferraduras. O afloramento principal tem um motivo central de tipo idoliforme. Também Alfândega da Fé está pejada de restos neolíticos, castros, e fortificações medievais quase todas destruídas ou em ruínas.



A casa dos meus avós está também abandonada e arruinada, como tantas outras, sucumbindo à inexorável e reivindicativa voragem do tempo. A natureza readquire tudo que o homem constrói. Não houvera um pastor Manuel Cordovão, como no livro [de Daniel de Sá] “O Pastor das Casas Mortas”, para cuidar daquela e doutras casas. Iam ficando desabitadas, os donos ausentes ou mortos sem que alguém fosse lá acender a lareira da história, da família que ali tinha vivido e sonhado. Ali, albergavam-se memórias de meninice que nenhuma autobiografia publicitaria. Além, habitavam esconsos sonhos e pensamentos que nunca foram escritos numa folha de papel. Era o refúgio secreto da infância que a idade e a maturidade não revelavam nem às almas gémeas. Havia toda uma mitologia lendária de contarelos, de pequenos episódios, de grandes celebrações pascais, que a recordação desvanecera e atenuara, mas, conquanto esmaecida, ainda havia fragmentos de imagens, sons e cheiros a preservar.

Do brasão original com as armas da família *Madureira Magalhães* e do armário, antiquíssimo de séculos, onde estava embutido, nada resta além destas imagens que uma máquina fotográfica, a preto e branco, registou na década de 1960. Esse aparador e outras peças ancestrais foram sucessivamente vendidos ou trocados por candeeiros de plástico. Um aparador (armário) daqueles valia uns bons quinhentos mil réis (500\$00 escudos

= € 2.50 euros) que era em 1965 o valor dum novo lampião de plástico com três velas elétricas para pendurar nos altos tetos de talha, trabalhados e pintados à mão

Na época, na família quase ninguém valorizava antiguidades. Os que as poderiam apreciar não viviam lá, afastados destas e outras transações mundanas labutando no bulício impiedoso das cidades. Muitos foram os antiquários da época que enriqueceram fazendo uma verdadeira razia pelo interior do país em busca de peças valiosas. Em casa apenas uma única peça antiga sobrevivia em 2002 e data de 1794. É um clavicórdio¹¹ com algumas teclas ainda em bom estado, a maioria das cordas intacta, mas a necessitar de uma reparação profunda e dispendiosa. Ninguém se preocupa ou se dá ao trabalho de o preservar. Eu fiz várias tentativas para o tirar de lá, sem arranjar transporte seguro para tão delicado aparelho até 2010. Era a única coisa de valor que restava. Tem-se deteriorado progressivamente. Eu não sou um herdeiro direto, a minha mãe é. O clavicórdio está abandonado e condenado a apodrecer.



Brasões



o clavicórdio setecentista.



Quem sabe quais os meus avoengos que o terão tocado, e para quê?

Teria sido usado em declarações apaixonadas de amor ou em estudos religiosos que a isso também eram afeitos?

Teria servido para alguma cerimónia mais formal na Igreja que ali ao lado foi construída no século XIX?

Teria servido para entreter os convivas que vindos de longe visitavam a imponente casa de gente culta e dada à música?

Mas porquê teria lá chegado?

Restava especular qual o uso intenso, a avaliar pelo estado do teclado, que o clavicórdio terá tido em mais de duzentos anos de existência.

Como terá chegado até ali? Transbordado de cavalo em cavalo ou passado de carruagem de cavalos em carruagem, desde a remota Alemanha até aquele recôndito lugar nessa ilha perdida do nordeste transmontano.

Como terá sido encomendado?

Terá alguém ido, propositadamente, ao fabricante buscar tão valioso instrumento?

Porquê um clavicórdio que até é mais típico das mãos femininas do que o seu parente mais comum, o piano?

Podem adiantar-se vários cenários alternativos, pode até ter sido ganho num qualquer jogo de azar ou de cartas a algum nobre das vizinhanças.

Ou seria o cumprimento de uma promessa à mulher ou à filha como forma de a dotar de mais um predicado para o competitivo mercado matrimonial em meios tão restritos como aquele?

Quem teria sido a trisavó, que teria recebido aquele presente divinal para enlear com as suas mãos mágicas os sons capazes de fazer qualquer homem de bem render-se a seus pés?

Por outro lado, não poderia ser uma oferta ou retribuição de um clérigo à importante família local por benesses concedidas à Santa Madre Igreja?

Seria daí que nasceria a história de um bisavô ou trisavô ter sido cônego?

Seria mais fácil explicar a proveniência do clavicórdio numa qualquer ligação à Igreja.

Estas e outras questões nunca teriam resposta, morreram juntamente com quem as poderia responder.

(final feliz: em setembro 2015, após algumas tribulações de transporte e guarida de quase cinco anos, em casa do Francisco Madruga, foi oferecido por doação, e o instrumento passou a figurar no Museu da Graciosa onde terá uma velhice mais protegida)

Da coleção de instrumentos musicais, em tempos, existente naquela casa, sobraram do bisavô que um primo seu em Ponta Delgada ora guardava ciosamente. Não sobrevivera o bandolim de oito cordas, pertença do meu avô de Vimioso que recordo vagamente ter sido tocado nas férias, a contragosto da minha avó materna que não ia muito em assuntos de música, fosse ela qual fosse. Dos meus tios e tias-avós não lhes sabia dons musicais pelo que se presume terem perdido a vocação do bisavô.

Havia centenas de livros, que outro primo começara a roubar nos idos de 1950 e a cuja rapina nada escapou. Alguns, segundo o meu pai afirmara, eram bem antigos e valiosos. Devem ter sido vendidos ao ferro-velho, aos antiquários, alfarrabistas ou meramente serviram de pasto ao lume que ardia ininterruptamente na cozinha nova.

Também podem ter servido, em tempos idos, para acompanhar os longos serões de inverno. Quem sabe até se a leitura não era entremeada pela execução no clavicórdio, de trechos de Bach, Mozart ou Chopin que eram mais “levezinhos” e talvez fossem mais do agrado dos seus antepassados.

Nada disto se sabe nem se saberá. Nem a mãe guarda memórias de tais eventos na meninice ali passada, antes de ir para Bragança estudar. É curioso haver tantas perguntas e ninguém sobrevivo para lhe dar resposta. Pena não as ter questionado enquanto podia, mas então os meus interesses eram outros e não estava inclinado a recriar mentalmente os hábitos e costumes dos antepassados e quando me interessei, já vivia na Austrália, estava a mais de 18 mil quilómetros de distância.

Na família, como em muitas outras, as pessoas eram sempre tão ciosas dos seus segredos que nunca revelavam senão a pontinha do véu, mantendo toda a história da família envolta em mil e um mistérios, mentiras, inverdades e semiverdades na obrigação secular de manter a fachada respeitável de Cristãos-Novos ou judeus renegados que foram sem o admitirem. Sempre ouvi o meu pai dizê-lo, mas a mãe só o concedera depois de passar os oitenta anos. Havia orações secretas, cantilenas obscuras e costumes judaicos passados de pais para filhos, durante séculos, que se foram perdendo sem jamais serem revelados. O medo da Santa Inquisição (1536-1821) mantinha-se quase duzentos anos após a sua extinção.

Tal como o clavicórdio também a casa está degradada.

Parte do teto da cozinha velha, nas traseiras, ruiu antes de 2002. Cedeu às inclemências do tempo, do primitivismo da construção, e ao abandono forçado dos seus donos decíduos. Revoltou-se o teto contra a ausência da sua função protetora da família que já não é nem está. Há muito que pedia obras, mas a minha avó nunca estava disposta a gastar mais do que o estritamente necessário e, mesmo assim, sempre a reclamar com o meu avô que tentava manter a casa em bom estado.

O meu avô (falecido em 1974) sempre teve de contentar-se em colocar remendos e soluções improvisadas para evitar a ira antidespesista da avó. Nunca se fizeram as obras necessárias, apenas o suficiente para manter as fachadas. Nunca as obras que deviam. A minha avó resmungava sempre que não valia a pena enterrarem mais dinheiro ali, as obras foram sempre remendos e a casa, sem nunca perder a qualidade original, aguentou-se mal depois de ficar desabitada após a morte da minha avó em 1989.

Desde que fora construída, creio que em 1830, a habitação familiar da Eucísia nunca fora uma casa rica. Os meus avós maternos lá passavam seis meses e a outra metade do ano na casa no Porto. A minha tia-avó Ema que foi a última a viver sempre ali, até à morte, uma das últimas daquele ramo familiar, faleceu em 1994 pouco antes de eu regressar ao torrão natal. Desde então o enorme casarão familiar, com as suas várias portas de entrada, uma por cada segmento da casa, fora vítima de um lento e doloroso processo de partilhas que demorou mais de dez anos a terminar. A herança deixou-a ainda mais dividida e degradada que dantes.

Ninguém lá habita nem quer habitar. Se, a seu devido tempo, a casa tivesse sofrido as obras indispensáveis de que carecia nunca teria chegado tão rapidamente a este estado decadente. O meu cunhado Pedro Gil, cedo morto (1989), bem quisera transformá-la em Turismo Rural, numa época em que essa palavra ainda não entrara no vocabulário quotidiano português. Já, mais acima, a Quinta de família alberga há anos uma unidade de turismo rural explorada pela Beatriz, uma prima minha.

Era eu um dos únicos a viver no distrito, entre 2002 e 2005. Eterno sonhador, acalentei a romântica esperança de ter dinheiro para a resgatar, antes que desabasse. Queria restaurá-la e equipá-la com os confortos modernos de que nunca dispôs. Infelizmente esses amores e as recordações juvenis não chegaram para concretizar tal desiderato. Os vidros da frontaria estão partidos há anos e a cal esmaecida deixa antever o reboco de paredes grossas, com quase um metro de espessura. As portas apresentam fissuras dada a idade avançada da madeira sem ver a cor da tinta ou verniz que as pudesse conservar. Uma certa atmosfera de casa repudiada desde o falecimento da minha tia-avó Ema em 1994.

Na aldeia nunca houve muitos pastores e o das Casa Mortas (obra de Daniel de Sá) estava ficcionalmente na Beira Alta sem poder cuidar desta casa. Os que podem não querem e os que querem não podem financeiramente reabilitar a velha mansão. Ficará perdida nos

A aldeia aguarda a morte dos mais idosos para ficar como tantas outras, pelo país, abandonadas, cheias de histórias por contar. Um monte de casas em diferentes estádios de degradação lentamente regressando à posse da mãe natureza. As janelas defenestradas já demonstravam a ruína do grande casarão. As palomas haviam metamorfoseado a casa de banho em pombal. Ali onde fora o meu quarto de dormir durante anos. Lentamente, a arquitetura animal que os aracnídeos e roedores prontamente edificam, assenhoreava-se dos recantos ainda prenhes de mistérios e de sigilos. O telhado da cozinha velha, talvez caísse de vez. As traves desafiavam as leis da gravidade. Era vital que aquele escaninho da memória e das memórias fosse resguardado do camartelo e da violação por olhares estranhos, mas já não havia tempo nem meios, apenas palavras inconsequentes como estas. Como se as pedras pudessem falar ou revelar segredos insuspeitos. Como se se perdesse a virgindade dos sonhos.

Talvez se desbaratassem os últimos idílios. Sem eles qual o valor da vida humana? O espírito desses tempos áureos nada mais era do que uma miragem na falsidade da memória humana. Apagara-se o riso de crianças e adultos. As reprimendas, invetivas e outras admoestações haviam sido silenciadas. O gargalhar feliz e despreocupado das crianças urbanas, sempre assarapantadas com as suas descobertas rurais, tinha-se ido com o vento. Não era mais que um murmúrio, um sussurro, por entre as frestas da madeira envelhecida e carunchosa.

Quem se recordaria dos meus temores noturnos ao atravessar o velho casarão às escuras, por entre tremelicantes sombras que a vela de estearina projetava nos altos tetos?

Onde pairava o som das cigarras e o silêncio das longas noites sem televisão nem rádio, nem luz elétrica, apenas entrecortado por conversas longas, recordações de outras eras e jogos de salão?

Quem mais recordaria os foguetes das romarias e Festas anuais, a procissão pascal e sua parafernália de colchas adamascadas nos janelucos, donde se atiravam os verdes para a rua atapetando o percurso que o senhor padre iria percorrer?

De noite, a vela ou castiçal, com que eu percorria os vastos aposentos da casa, que o meu trisavô construíra no século XIX, recortava ilusórias sombras nos tetos trabalhados de madeira rica e bem altos. O medo era a resposta juvenil para as sombras cheias de mistérios por descobrir. Desenhavam-se figuras fantasmagóricas saídas dum qualquer livro de terror, daqueles que nunca se aventurava a ler pois ficava logo com pele de galinha. Até os cabelos se punham literalmente em pé. Havia uma tapeçaria africana com leões que particularmente me aterrorizava no meio das sombras. Não podia dar parte de fraco, nem dizer que tinha medo. Ia a rezar pelos longos corredores. A fingir que via figuras agradáveis e não aqueles monstros a contorcem-se sobre a minha pequena sombra. Umas vezes tentara ir mais depressa, mas as sombras galopavam, à minha frente, ainda mais ameaçadoras. Outras vezes, andando devagarosamente quase consegui iludi-las. Mas estavam lá, conspirando para me esperarem, desprevenido. De dia nunca as encontrara.

Na cozinha havia sempre uma lamparina com o pavio embebido em azeite. Era a principal fonte de iluminação. Uma invenção do tempo dos romanos que ali perdurava. O candeeiro a Petromax era caro e raramente usado, a menos que houvesse visitas importantes. Ao lume, um enorme caldeirão negro sempre pronto. O fogo só se apagava pela noitinha pois servia para o pequeno-almoço, almoço, merenda, jantar e ceia. A água guardava-se em cântaros de barro. Os de latão viriam muito mais tarde.

Após a longa viagem que temos vindo a recriar por estradas que perduram vigiando de longe as novas rodovias e vias rápidas, chegava-se à Eucísia com a sede imensa que só podia saciar-se na fresca água da Grichinha, fonte milagreira em plena terra das feiticeiras. A água potável vinha da fonte da Gricha que ainda hoje dá água para o lavadouro público. Por cima, perdura a mais romântica, pequena, mas carismática fonte da Grichinha. Hoje está modernizada com tosca escadaria cortada na rocha, a poucos metros dum lampião elétrico que ali implantaram para alumiar as noites, acabando com as memórias dos namoros furtivos seculares ali ocorridos. Uma dúzia de degraus de xisto levavam agora os poucos turistas que se aventuravam até essa fonte de mil tradições, em plena aldeia das feiticeiras com umas meras dezenas de habitantes. Em férias não havia nem burros nem burras suficientes para transportar a água necessária. Era preciso acarretá-la em grandes quantidades para depois aquecer ao lume. Tomávamos banhos diários, um hábito deveras estranho para as pessoas da aldeia, que, raramente, o faziam (como a anedota que dizia “banho? Olhe senhor que tomei pelo natal”, e era Páscoa). Para os de imersão usávamos uma larga tina cinzenta, de latão, feita pelo ferreiro lá do sítio, e depois pintada de branco, onde se podia tomar banho de semicúpio. Tudo feito com tempo e paciência que isto de pressas era para os da cidade. Na aldeia tudo tinha uma velocidade diferente. Só voltaria a encontrar essa mesma vertigem quando me mudei para os Açores. Também no arquipélago o tempo era mais lento, como se tivesse parado na década de 1950 ou 60 e se recusasse a aceitar a inabalável voragem do progresso.

Construções novas houve na década de 1970 e 1980, após um breve surto de regresso de emigrantes. Mas isso fora na sequência da febre do 25 de abril, quando sonhavam com a riqueza infinda que a revolução dos

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

cravos ia trazer às cooperativas agrícolas. Nem revolução, nem cooperativa nem regressos de emigrantes, nada salvou as terras condenadas pela falta de visão estrutural dos líderes políticos, reizinhos do oportunismo democrático, monarquicamente almofadados no conforto de Lisboa. Vive-se – desde então -a era da ditadura democrática cujo fim único é dilapidar o país e as suas instituições a troco de uns cobs que nem Judas aceitaria.



chrys 1964 alfandega da festa nos bombeiros 1964



chrys 1964 eucisia4 eucísia em festa 1964



chrys 1964 eucisia1



chrys 1964 eucisia1



Na Eucísia em festa 1964 e na quinta

Insisto em falar nestas andanças por tempos de juventude, e recorro os bailaricos pirosos no salão de Bombeiros e as festas típicas e as procissões na Eucísia.

Quem podia esquecer as pirosas (na época ainda não havia “música pimba”) danças no salão dos Bombeiros alfundeguenses ou as Festas típicas em honra do santo da aldeia, onde eu aprendera um povo que desconhecia. Na pequena e ora despovoada aldeia da avó materna encontrara rituais senhoriais da família Gama, a do célebre engenheiro Camilo Mendonça. Hoje já não há pessoas, nem fiéis, nem altifalantes, nem padre que só ocasionalmente aparece para uma missa de defuntos nalguns meses do ano, ou nem isso. Os sacerdotes já não se deslocam às paróquias a pé ou de burro. Apesar da facilidade e modernice do automóvel, dispõem de menos vontade para se moverem. Até os clérigos se aburguesaram e acomodaram, como a restante sociedade.

Dantes, chovesse, nevasse, fizesse sol escaldante ou frio, nunca faltavam a uma celebração dominical, era essa a sua sagrada missão. Agora andam demasiado ocupados em tarefas menos importantes que a salvação das almas. Depois dos padres, até as bruxas e feiticeiras se foram. Nem almas há para arrebatar. A emigração para França, Luxemburgo e Suíça (década de 1960) desertificou-a. O progresso civilizacional de migração costeira atraindo jovens para as cidades acabou o trabalho. Perderam-se mais de 700 pessoas em cerca de 40 anos. Hoje, a média das idades supera os 70 anos. Pouca gente, ou já mesmo ninguém, se recorda de mim e já não há vizinhos. A terra os levou a todos para o cemitério da aldeia ou outro qualquer.

Terá a ver com a anamnese do ritual da missa em que as cadeiras e genuflexórios dos homens da família se situavam em lugar mais elevado, em pleno altar, e os genuflexórios das mulheres da família, mais abaixo, mas à frente dos lugares do povo? A reminiscência das missas prolongadas e chatas seguindo o velho ritual em latim mesmo quando no resto do país as missas já eram parcialmente em Português. Nessas ocasiões, a igreja era pequena para tanta gente. Havia até altifalantes em volta da igreja para os que não cabiam lá dentro pudessem acompanhar as rezas. Ao sol e à chuva, mas com a palavra divina.

Não posso precisar quantas vezes estive na Eucísia (talvez – pelo menos uma vez ao ano - todos os anos entre os 5 e os 17), mas lembro, em particular uma Páscoa, talvez as das imagens abaixo em 1959, quando se juntaram os tios, primos e primas, do clã Magalhães, desde Alfândega da Fé ao Azinhoso, Mogadouro, ao Sendim da Ribeira, ao Porto e a Vila Real quando a enorme sala de jantar velha (que fora o quarto do meu bisavô) era pequena para tanta gente. Estava a abarrotar e até se conseguira encher a mesa comprida de doze lugares na sala de jantar nova na parte dos meus avós. Havia duas cozinhas a funcionarem. As enormes salas de jantar cheias de gente. Essa será sempre a única Páscoa da vida que consigo evocar vivamente apesar de ser ainda muito jovem.



A varanda da Quinta em 1982 e



na Páscoa 1959 na Quinta

No dia seguinte a refeição foi na casa da Quinta cuja varanda era pequena para tanta gente como se pode ver na foto. A família toda junta, coisa importante e hoje raramente vista. Todas as outras celebrações pascais se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Ou então condensei-as todas numa só. Aquela perdurou, assim como a comunhão solene da primita no Azinhoso, na Páscoa de 1962, onde também estiveram todos, enchendo todos os quartos e camas disponíveis nesse outro enorme casarão do Azinhoso.



A DELMIRA 1957

A Eucísia foi berço de muitas criadas de meninos, como a Delmira, a Delmina e tantas mais, que vinham tomar conta da irmã. Criadas ou de servir à mesa (empregadas domésticas como hoje se tem de dizer para se ser politicamente correto) em casa dos meus avós ou na nossa, com nomes exóticos. Que lá na terrinha já havia uma América e uma Argentina que ainda eram nossas parentes. Eram jovens, muitas vezes acabadas de fazer a 3ª classe de instrução primária, tímidas, encavacadas pelo bulício citadino, sentindo-se sempre como um peixe fora de água e que mal podiam, asinha regressavam à terra natal. Nem uma só quis ficar no Porto, cidade das pontes com mil luzes e atrações. Por volta dos quinze ou dezasseis anos regressavam para ajudarem a família e buscarem noivo.

Na Eucísia, podia, às escondidas, namoriscar as moçoilas da aldeia, repetir paixonetas mais típicas de uma obra de Camilo, Eça ou Júlio Diniz do que de meados do século XX. Podia até sentir-me personagem desses livros, imaginar que as cenas que lia podiam muito bem ter acontecido ali. Ler e reviver as leituras. Achava piada ao modo de falar delas, às histórias simples do quotidiano rural de que elas falavam.

Nunca esqueci alguns cognomes dos mais jovens: o "Pincha Púcaros" sempre a saltar de poça em poça e outro que era muito alto a quem chamavam o "Gambias". Havia ainda o beijo atrevido a uma prima quando tinha uns 15 anos, que tanta memória deixara, bem como ressentimentos de culpa típica judaico-cristã. Foi um beijo, um pouco furtivo, mas espontâneo e acalorado, à prima Lili (Julieta) em pleno jardim de Alfândega da Fé. Um beijo para guardar na memória de férias, mas que me causara enormes ressentimentos como bom cristão pecador que era. Logo me apressei a confessar ao sacerdote. Escapara com umas Ave-maria e Padres-nossos e acabara por esquecer o ósculo. Mais de 50 anos se passaram sem ver essa prima que reencontrei ciberneticamente já no século XXI.

Ouçó ainda, como se fosse hoje, a chiadeira dos carros de bois que mantenho viva no meu subconsciente auditivo. Não era tanto na Eucísia, mas mais no Azinhoso, Mogadouro, onde era mesmo capaz de distinguir a quem pertenciam os bois pelo chiar das carroças atulhadas de feno que ali passavam. Ouvira a chiadeira que ainda mantinha viva no subconsciente auditivo, esse pungente, lancinante grito dos eixos mal oleados dos carros de bois que se

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

escutava para além da sua passagem enquanto se afastavam na rotina de itinerários agrícolas entre campos e lojas. Sobretudo ali no Azinhoso, em que acordava cedo com esse som perene, na estreita rua que saía para norte da Igreja e acompanhava a casa da tia-avó. Essa chiadeira ecoava lentamente nas pedras da calçada rumo a Penas Róias, e dava-me conta de que a aldeia fervilhava de vida e esperava por mim para as descobertas infundas de toda a natureza, os passeios a pé, por montes e vales ou montado no burro ou mula na revelação dos mil e um mistérios que as aldeias sempre encerram para quem cresceu no bulício citadino.

16

Mas a verdade é que estas férias eram a epitome da liberdade ou antes, a libertação da educação rígida do resto do ano, apanágio da alforria do jugo paterno. Era a alforria de andar no campo, sentar-me no chão à noite a admirar as mil e uma estrelas desconhecidas. Os jovens com quem mais brincava na Eucísia, por serem da minha idade e estarem em férias (os outros andavam na lavoura), tornaram-se nos primeiros licenciados da aldeia fora do clã da família Camilo de Mendonça ou da família Magalhães, na década de 1970. Tratava-se do Lionel (hoje engenheiro) e o irmão Viriato (hoje médico) a quem os da aldeia chamavam Russo por seu loiro. Só vim a saber, ao chegar aos Açores, que ainda éramos parentes, facto que me foi ocultado na altura, por causa de casamentos de nível social diferente que a família não aceitava, por não ser inter pares. Coisas que se não contavam: casamentos fora do esteio familiar ou com castas diferentes, não eram então tolerados ou perdoados. Daí resultava tratar esses parentes como estranhos. Haveriam de surgir muitos mais na família, com a liberalização dos costumes na década de 1970 e 1980, mas já sem esse opróbrio.



o autor nas traseiras da casa de Magalhães 1971

Ninguém podia esquecer a imagem bucólica do Vale da Vilariça (antes da construção da barragem nos anos 1970) quando da varanda de casa, nas traseiras, em frente a Sambade, me deleitava com ela enquanto devorava Júlio Verne e outras leituras de férias. Creio que li, entre muitos outros livros, toda a coleção de 78 livros de Júlio Verne (em versão ortográfica de 1886) nessas férias, na varanda de casa com vista para o vale da Vilariça. Apesar da velha orthographia oitocentista, nunca dei conta de que essas leituras embotassem os meus dotes de escrevinhador e – por isso – ainda me custa a entender os opositores do Acordo Ortográfico de 1990, devem ser muito retardados.

Vi rostos e tradições do tempo dos Cristãos Novos, ainda hoje envergonhados da herança marrana. E todas essas recordações da memória quase soçobraram quando assisti com pesar, numa tarde bem quente em 2004, ao dismantelar dos velhos e senhoriais móveis da sala de jantar dos avós. Evoquei um leilão de escravos, sem saber porquê. Eram cobiçados pelas primas do Azinhoso, agora primas da cidade. Comparei aquilo a um ataque da marabunta sobre tudo o que aparentasse ser velho ou ter algum valor. Ali estava eu, impotente, sem os poder comprar para, seguidamente, os libertar. Eram ambicionados pela prima do Azinhoso e suas milionárias filhas, cujo único fito na vida é amealhar e comprar. Reproduzir dinheiro como quem multiplica coelhos. Ridículo foi ela ficar com as chávénas do serviço que a Sical oferecia gratuitamente nos anos 60 por pensar que tinham valor e eu fiquei com um serviço da Vista Alegre que ela desdenhou.

Nas traseiras da casa havia uma enorme ânfora, de metro e meio de altura que armazenava tudo. Até azeitonas. Ficava mesmo por baixo da lendária figueira – favorita da mãe – cuja data se perdia na memória dos vivos de então, e que sempre fizera as delícias da minha mãe. Depois, por volta de 2005, a ânfora centenária foi ostensivamente roubada por uma das primas ricas do Azinhoso na sua voragem de tudo arrebanhar. Que a leve para a cova e nela se proteja dos fogos do inferno.

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

Por entre as grossas paredes da parte de frente da casa, onde havia os janelucos, revivi memórias agradáveis de tempos e de gentes que já não voltam mais, admirei-me com os finos tabiques que separavam os dois quartos na casa dos avós. Regressei temporariamente a um passado alegre e sem preocupações. Senti saudades. Sei bem o significado da palavra como já não o experimentava desde que cheguei a Timor em 1973. São as saudades que mantêm os sonhos vivos, dissera-me a outra avó paterna, um dia. Foi doloroso voltar a percorrer aqueles salões, os quartos pequenos nos baixos, ao lado das lojas do rés-do-chão, a enorme sala de jantar com vista para o Vale da Vilarça, o salão onde dormi pela última vez em 1988 (ou seria 1992?) agora que a casa estava esventrada de móveis. Os olhos humedeceram ao visitar os baixos onde dormi, em criança, nas férias da Páscoa quando os primos e os tios também lá iam. As lojas, no andar térreo, onde dantes se acumulava o azeite e seu vasilhame estavam limpas e vazias, já ninguém matava o porco, ninguém colhia o azeite. Já não havia colchas nem lençóis de linho para a procissão pascal, depois dos dias de silêncio e de dieta forçada.

17

Nesses dias ninguém comia carne pois era um pecado que nos levava a todos para a autoestrada do inferno. Felizmente Bento XVI acabaria por decretar em 2008 que o Inferno não existe. Ufa, que alívio. Era a vingança de tantos temores infantis sempre ilustrados por imagens do catecismo que graficamente me haviam implantado por volta dos sete anos e que ainda me arrepiavam, mesmo sem crer. Tanto remorso inútil, tanto arrependimento desnecessário por que passara, tanto sentimento de culpa supérfluo.

Há sessenta anos, ainda existia a vergonha de se dizer que se descendia dum abade, cônego ou padre, tão comum a tantas famílias da região. Uma mescla de respeito, medo e veneração ao Cristianismo, que se impusera primeiro aos mouros da rica Alfandagh, para depois ser temporariamente mesclado com judeus que fizeram desta uma zona bem rica, antes de sofrerem os efeitos da conversão forçada e a clandestinidade, quando não a morte, o exílio ou a Santa Inquisição. Hoje, séculos depois do êxodo judaico, a região está mais pobre do que nunca, sem a riqueza assinalável que a história descrevia no tempo de romanos e de mouros, sem as riquezas dos judeus que tornaram esta terra fértil. Perderam-se também as histórias de princesas e mouras encantadas, sem avós que as contem pois já não há netos ou netas nas terras abandonadas.

Depois de falar em clero, nobreza e fidalguias não podia eu, ironicamente, deixar de evocar a retrete ali existente em tempos da minha infância e juventude. Era um buraco circular, aberto, em tábuas de madeira, que descarregava para uma espécie de quarto fechado que mais não era senão uma fossa séptica no andar térreo, mesmo por baixo da varanda das traseiras, com vista para o Vale da Vilarça. Não era preciso autoclismo apenas uns tantos jornais ou o luxo urbano do papel higiénico.

A “nova” casa de banho (ora transformada em pombal desde que a janela empenada se recusou a fechar e deixou entrar as pombas) foi construída no quarto que eu ocupava quando ia para lá. Data do final da década de 1960 quando ainda não havia água canalizada. Só mais tarde chegou o gás butano em botijas para aquecer o precioso líquido. A burra ia, dezenas de vezes ao dia, com os cântaros à fonte buscar água para bebermos e nos lavarmos. Não havia fonte artesiana ou outra, nem em casa, nem nos terrenos que desciam a encosta. As águas municipais só haveriam de chegar décadas depois, já, ia alta a revolução dos cravos.

Acalentei a utopia de recuperar o velho casarão, fazer obras, modernizando o interior e os confortos, sem perder a traça original e a sua simples fachada oitocentista onde sobressaíam janelucos pouco maiores que seteiras. Depressa me apercebi que, mau grado a idade, jamais deixara de ser um sonhador. A dura realidade trazia-me sempre de volta à mesquinha contabilidade dos números e cifrões. Aprendi que custava menos construir uma casa nova, de raiz, do que recuperar aquela. Para nenhuma hipótese tinha financiamento capaz. Além disso, havia o problema das partilhas que se arrastam por décadas. Todos querem acrescentar uns míseros tostões aos vinténs que já têm. No caso vertente, nem isso, apenas havia uma parte interessada. A outra apenas se manifestara contra a venda sem apresentar alternativas. Na sofreguidão de tudo querer, seria responsável pelo abandono e incúria a que a não-venda votara a casa. Tudo por causa de um primo direito meu, co-herdeiro juntamente com a minha mãe, que por entender que o casarão valia mais, não vendera quando havia outro primo interessado. Assim se desvaneceu a hipótese de ser restaurada e permanecer na família. Depois de ruir não faltará muito para acontecer o mesmo ao resto da aldeia.

Tal como gerações de nativos da aldeia em tempos idos, também eu me fui no vórtice impiedoso que a vida de cada qual impele. Entrementes, a existência tem de ser envelhecida onde existe trabalho e não onde as memórias e o respeito pelos antigos mandam. Sem querer, sem quase o pressentir o destino viera e ditara-me novo rumo. De um dia para o outro deixei os sonhos de parte (nunca os devia ter retirado do baú das memórias de infância, deviam lá ter permanecido adormecidos para sempre. Muitos foram perpétuos acompanhantes pelas quatro partidas do mundo, Timor, Macau e Austrália). Foi assim, que um dia parti, de novo. Embarquei dessa ilhoa transmontana onde vivi de 2002 a 2005, para arribar no meio do Oceano Atlântico, num arquipélago da antiga Atlântida, mais conhecido pela sua história de fogo e outras calamidades, meros montes cataclísmicos flutuando à deriva entre a Europa e a América.

Deixei para trás os vestígios de roedores e suas marcas fecais onde outrora pousaram mãos de crianças. Tantas ali nasceram e todas morreram já, sendo a minha mãe a última dessa geração. Há toda uma miríade

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

de insetos e pequenos animais, que, lentamente, se empossam da habitação. Os bichos sabem, que vivalma ali entra agora que eu partira... Fui eu, com o meu profundo amor à terra e à memória dos avoengos, quem manteve o espírito da casa sempre vivo, com os sonhos e deambulações peripatéticas por projetos de reabilitação imobiliária. Ideias que nunca sairiam do papel para onde nem sequer chegariam a ser transpostas. Contra o silêncio e ausência dos proprietários e verdadeiros herdeiros. A casa dos meus sonhos fora fantasiada pelos meus bisavós e seus descendentes, toda a prole se fora sem deixar rasto e idêntico fim estava reservado ao vetusto casarão. Não adianta sonhar. Dificilmente a casa aguentará muitos mais invernos. Acabará por tombar como os seus anteriores donos. Cairá para o lado, para dentro ou para fora. Desabará como um baralho de cartas, assim sem aviso ou alerta. Não o saberei logo que hoje estas notícias demoram a chegar de aldeias desabitadas, como dantes as notícias do mundo demoravam a chegar lá. Se cair para a rua terão de levar as máquinas e escavadoras para retirar todos os pedaços dos meus sonhos, perdidos e escaqueirados em mil pedaços, sem cola que os salve.







Ficará abandonada enquanto as ervas e demais vegetação medrarão nos escombros tal como no majestoso templo de Borobodur em Java (Indonésia) desaparecido na selva durante 500 anos até ser (re)descoberto em 1814... . A escola primária, onde gostaria de ter andado, foi encerrada há muito. Serviu, depois, para albergar a Casa do Povo e a Junta de Freguesia. No toural, nem animais nem gente. As crianças já não riem, não galhofam, nem brincam no meio da rua. Há muito que ali não vivem, nem mesmo vêm de férias das França e Araganças, da Suíça, Luxemburgo e Alemanha. O trânsito retornou ao fluxo dos anos quarenta. Apenas um ou outro carro se digna acordar a aldeia da sua pacatez. Um dos locais mais ativos é o cemitério onde os poucos vivos continuam a mudar as flores na campa e a dizer algumas preces, não deixando que as ervas daninhas se apoderem das tumbas dos antepassados. Até um dia em que mais ninguém ali vá derramar uma lágrima ou uma súplica "in memoriam".

Mais acima, na Rua Direita (que por acaso bem torta é), mantém-se ativa e relativamente bem conservada na aparência, a velha casa solarenga dos Gama que, em 2010, ainda era ocasionalmente ocupada por uma descendente octogenária. Os Gama e Mendonça eram aqueles a quem na infância se tinha de ir prestar vassalagem. Nunca o esqueci e mencionei-o sempre que pude desde que apresentei o Cancioneiro Transmontano em 2005. Eram Morgados de Vilarelhos, antigos donos do Cachão, obra inacabada e majestosa, que o 25 de abril matou juntamente com o sonho de tornar a região rica e agricolamente independente. Fora criada pelo Eng.º Camilo de Mendonça, um visionário.



A Quinta

a casa dos tios na Quinta agora em versão Turismo Rural com silos, 2015

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

A Quinta da família (vulgo “A Quinta”) do meu bisavô, ocupa ainda hoje todo o monte à entrada da aldeia, toda a encosta do lado sul, descendo até aos lameiros, à esquerda de quem desce para a aldeia. É quase tão grande como a aldeia. A enorme área da Quinta está na posse da família há várias gerações, mas foi-se subdividindo numa dúzia de parcelas que existiam na década de 1960, mas com as mortes e heranças até ao fim do século XX, ficou agora partilhada por dois primos.

21

A parte da casa convertida em Turismo Rural e a parte superior da Quinta ficou com a Beatriz Licínia, enquanto a outra metade da Quinta, pertence a um primo octogenário (o Manel das Arábias, Manuel Gouveia Magalhães, irmão do que vive em Ponta Delgada) que já não tem tempo nem disposição para cuidar dela. Era ele quem iria comprar todas as parcelas do grande casarão do bisavô, na Eucísia, e reconstruir. Ficou-se pelas duas ao lado da parte dos meus avós e já nem a nossa parte quis, agora que os dinheiros amalhados nas plataformas de petróleo se foram, gastos pela mulher e filhos... já fora ele quem comprara o lameiro da Quinta que era do meu avô e outros talhões que lá havia e que o meu avô ia comprando. Com a morte dos meus avós ele adquiriu esses pedaços. Ficou na nossa posse apenas um pequeno terreno no Campo das Feiticeiras mas que nunca consegui identificar por só ter sabido dele já aqui nos Açores.



Na Quinta com o Tio Acácio Magalhães 1957

Podia andar a pé e subir as escarpas íngremes no caminho para a "Quinta" da família, tomar banho lá nos tanques de rega, fazer piqueniques com as primas e amigas, ir a pé até ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, em especial, o pôr-do-sol de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale da Vilariga. Recordo sempre o esticão que era ir a pé e subir as escarpas íngremes no caminho para a "Quinta" com o seu portão de pedra e destroços brasonados.



(silos)

a entrada para a Quinta 1982

Outra recordação dos quentes verões ali passados, na década de 1960, era ir tomar banho nos tanques de rega dentro da quinta, fazer piqueniques com a prima Beatriz Licínia e amigas, ir a pé até ao cimo da aldeia para ver a deslumbrante paisagem e, em especial o inesquecível pôr-do-sol da capela de S. Sebastião sobre os montes vizinhos e o vale da Vilariga. A Quinta tem agricultura e produz para a prima Beatriz que a

herdou e lá vive depois de se reformar como professora. Soube apenas em 2015 que essa prima, o filho e nora, converteram numa unidade de Turismo Rural¹², a pequena casa de habitação do tio Acácio, e acrescentaram dois silos, implantados mais acima, com uma piscina no local donde antes todos se banhavam nos tanques de rega.

Já não há por aqueles lados quem ande à jeira. Mesmo com dinheiro vivo para pagar não há quem trate dos campos. Aqui, nem romenos nem moldavos se aventuram, pois deve ser demasiado parecido com os seus países de origem. Talvez valesse a pena investir em iraquianos, sírios ou afegãos para manterem as terras produtivas. Os frutos morrem de pé nas árvores que os produzem. Esta região, fértil desde o tempo pré-romano, sempre foi autossuficiente e viveu dos campos, mas ora está a esvaír-se de gente e de agricultura. Sem escolas, sem sangue novo, sem crianças, sem casais novos que se queiram fixar. Para quê, pergunta-se? Resta esperar que os poucos sobreviventes se vão de vez, para ficar mais deserta.

João, o meu filho mais novo por lá andou, em visitas várias, na busca incessante de pequenas recordações que pudessem acompanhar-me no desfiar das memórias que ora trago à estampa. Fartara-se de beber água da Grichinha para ser feiticeiro. Perguntava sempre quantas vezes tinha de beber até se tornar num mago. Troçava do primo da mesma idade, o Luís Pispis, que raramente lá ia e por isso jamais se iria tornar num bruxo da Eucísia, terra de feiticeiras. Acreditava piamente que quanto mais água da Grichinha bebesse, mais hipóteses teria de se transformar num. Histórias antigas que talvez venha a guardar como eu que, sistematicamente, insistia em regressar a origens que nem são geograficamente minhas.

Recordarei sempre esse hábito (medieval?) de colocarem as colchas¹³ adamascadas pendentes das ventanas. Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamávamos “janelucos” eram demasiado exíguas para dois adultos verem os andores. Disponham de pequenas assentos, um de cada lado, onde a minha avó e as tias (raras vezes) se sentavam a ver quem passava, tricotando ou crochitando. Desses “janelucos” também as criadas pressurosas deitavam os “verdes” para a rua¹⁴ aquando da passagem de toda e qualquer procissão, mas especialmente a pascal.

Havia também o momento alto das celebrações, que era a sempre muito esperada cerimónia do benzer da casa, o padre, o sacristão e seus acólitos, com toda a parafernália própria, subiam os 13 degraus e no hall de entrada lá estavam a provar mais um cálice do melhor vinho do Porto de casa, diante da família toda reunida para receber as bênçãos que nos iriam manter santificados nos próximos doze meses. Sorrio ao imaginar como não estaria “animado” o padre ao chegar à nossa casa, no começo da aldeia junto à Igreja. Ou parava lá no início da procissão antes de percorrer o resto da aldeia? Creio que seria isto e devia chegar à igreja bem “animado” pois todas as casas teriam, se não Vinho do Porto, um produto de confeção local para lhe dar a provar, ou uma pinga de “americano” que era proibido fabricar no tempo do Salazar, uma espécie de vinho fino, adamado e adocicado¹⁵. Todas as benzas, bênçãos e benções não chegaram para salvar a família das leis inexoráveis da morte, assim como não bastaram para salvar a casa, mas naqueles dias e nesses locais, serviam para manter viva a fé dos crentes que ali habitavam e delas necessitavam.

Merecia ainda muito especial relevo nas memórias transmontanias, a apanha e o descasque da amêndoa, feita na arrecadação, um anexo ao cimo da estrada privada que dava para a “Quinta” e junto à casa. A amêndoa era espalhada no chão em serapilheiras. Os jovens ajudavam. Os mais velhos e alguns assalariados trabalhavam no duro noite adentro sob a luz do Petromax. Havia cantigas. Contavam-se histórias de antanho, a tradição oral popular que preservava a história de todo um povo. Naquela época vivia-se em pleno museu, todos brincavam aos agricultores e comungavam as dádivas da natureza. Ninguém sabe apreciar o que tem até que seja demasiado tarde. As pessoas que vivem no Paraíso não o sabem e desdenham dele em busca de coisas diferentes. São sempre os forasteiros que têm de lhes dizer como é bela a terra onde vivem. Enquanto hoje as pessoas pagam para ir ver as amendoeiras em flor, como quem vai a um museu ou ao zoológico, ali naquela época, todos eram agricultores, comungando essa dádiva da natureza.

Antigamente, para além de a mão-de-obra ser mais barata, a amêndoa pertencia ao ciclo do agricultor, numa época tinha a amêndoa, noutra o vinho e noutra havia o azeite. Nos últimos anos, o fogo tem sido um dos grandes responsáveis pelo desaparecimento de vastas áreas de amendoal, muitas delas já abandonadas. O facto de se tratar de uma cultura pouco rentável fez com que os produtores a tenham vindo a substituir pela vinha. Metade dos produtores do Alto Douro não fez a colheita no ano de 2006. A razão é unânime: Não compensa. Quando termina a época de apanha, é habitual, para quem percorre a região, ver amendoais inteiros onde se adivinha que, em fevereiro do próximo ano, as novas flores hão de aparecer ao lado dos frutos antigos.

A apanha das cerejas era de maio a julho. Nunca pude tomar parte, em virtude de coincidir com aulas no calendário escolar. Apenas me lembro de as comer, e deliciar-me com o extraordinário doce de ginjas que dali saía pela mão da tia-avó Ema que se encarregava de as despachar para correrem meio mundo e me encontrarem em Timor e Macau. Uma iguaria da qual apenas a minha memória conserva cheiros e sabores inigualados. Para a Austrália não podiam ir pelas severas limitações à entrada de alimentos.

Depois desta longa incursão pelas memórias, embelezadas pela distância e pelos anos, deixo o alerta que a paleta do tempo tende a diluir em tons suaves as memórias de antanho a torná-las mais aceitáveis, mais românticas, mais humanas. Havia ainda para evocar nestas memórias, um nome de mulher. Havia sempre, nestas coisas de revisitar passados reais e imaginários, uma mulher misteriosa que ocupa a mente do herói do livro, um secreto namoro juvenil de férias com a tão núbil Benilde, nome de deusa, filha de antigo caseiro do meu avô. Neste caso ficou sempre a imagem, mais imaginada do que real, muito difusa e muito mística ou mítica da jovem mulher de tranças, ainda adolescente, de longos cabelos compridos e um nome a evocar lendas medievais. Platónica imagem de sorrisos trigueiros e olhos amendoados de promessas por cumprir. Uma jovem saudável e sorridente, sem quaisquer reminiscências com a homónima “Benilde ou a Virgem Mãe” sobre a qual José Régio escrevera em 1947. Tinha um irmão (Casimiro?), mais velho, emigrado em França que vinha todos os anos de férias, num deles serviu para mostrar o seu novo Peugeot 404, símbolo de sucesso na vida dura de escravo de patrões franceses.

Depois de cada jantar, ainda o sol ia alto, eu saía apressado, sem entrar em detalhes, para ir ter com ela. Com ela partilhei poemas juvenis e mais estrelas ainda, esparramados sobre o feno, à margem da estrada acima das casas, mesmo à entrada da aldeia em frente à entrada para a Quinta. Tudo em volta negro como breu. Num tempo em que as ruas eram apenas iluminadas pela loura Febe¹⁶ Pedia ao tempo para parar e tornar eternos esses momentos, cheios da magia de amores juvenis impossíveis e, por isso mesmo, mais desejáveis. De que fariam dois adolescentes naquelas noites sussurradas, que sonhos acalentavam, que loucas poesias teriam escrito por palavras que a brisa noturna levava com os pirilampos a acenderem céus de idílios, mitos e fantasias? Nem eu sabia já, para além da recordação de trincar a palha seca ao canto da boca, como eram dantes caricaturados os aldeões. Pensava que se o fizesse estaria mais integrado no meio ambiente que me cercava. Por mais que me esforçasse a imagem aparecia esbatida sem rosto, apenas os cabelos entrançados ou soltos e longos ao vento e um eterno sorriso, feliz e aberto de ponta a ponta. Era obviamente tarde demais para recordar fosse o que fosse, e conquanto vivesse agora noutra aldeia rural nos Açores, rodeado por vacas alpinistas, montes verdes e um mar imenso, os tempos eram outros, a idade também e mesmo à noite já estas estrelas me parecem bem menos brilhantes e em menor número... Só agora, muitas décadas depois, pude revisitar tais memórias.

Não só cuidávamos de defenestrar os silêncios entrecortados de cigarras e grilos, como admirávamos os tremeluzentes faróis disfarçados por entre as árvores, lá ao longe, no alto do monte, junto à panificação, na estrada poeirenta da Junqueira para Alfândega da Fé. Eram raras as viaturas e menos ainda as que se aventuravam de noite. No silêncio das noites estreladas podíamos ver as viaturas mais ao longe, nas cumeadas de outros montes, ora aparecendo, ora desaparecendo furtivamente, uma luz aqui, uma acolá. Dava para distinguir se era uma viatura ligeira ou pesada, calculando o tempo que demoravam a percorrer pequenos troços do horizonte noturno. Sabia-se de onde vinham e para onde iam, podia até adivinhar-se (pela velocidade) se eram forasteiros (muito mais lentos) ou locais.

Não teve a Benilde tempo para grandes estudos, além da 3ª ou 4ª classe feita com o apoio da minha tia-avó Adelina Hermengarda, mestre-escola, aliás regente escolar de quatro gerações na Eucísia. Mas tinha interesse em saber de outros mundos e vivências. Gostava de ler sub-repticiamente qualquer livro, que em casa dela não havia muito disso. Gostava dos poemas delicodoces deste jovem autor, queria saber da vida na grande cidade, desse mundo por descobrir, cheio de mistérios e de coisas novas e diferentes. As conversas trespassavam dois mundos que nunca se entrecruzavam: o meu, cidadão com experiências e vivências localmente desconhecidas e o mundo da jovem aldeã de braços fortes, ancas bem torneadas, balanceadas, não demasiado largas, pernas firmes, levemente musculadas e peitos bem airosos, habituados às duras lides agrícolas, da casa e do campo. Um belo espécime feminino concebido com um físico saudável que não temia maleitas ou doenças para poder ajudar os pais no sustento da casa.

Embora a casa dela lá estivesse, jamais vira viva alma nas minhas incursões no século XXI (2002-2010) nem havia a quem indagar sobre a jovem com quem partilhara estrelas, estirada na berma da estrada em noites de luar. A casa mantivera-se igual, mas o alpendre da varanda, infelizmente modernizara-se, mudara de madeira para cimento, numa clara concessão à modernice que infestara toda a aldeia com mamarachos, de ferro forjado e alumínio a substituir fachadas ancestrais de madeirame. O edifício sobradado mantivera-se igual.

Hoje a Benilde andaria provavelmente emigrada, casada com outro despojado dessa ou doutra aldeia, teria engordado desmesuradamente, atando os cabelos ainda longos, mas esbranquiçados num carrapito atrás e seguida por um ror de filhos e netos ranhosos e barulhentos. Ou talvez não. Talvez tivesse envelhecido

graciosamente e vencido na vida, que capaz disso era ela, com as ideias firmes, apesar da desvantagem de ter nascido na aldeia, filha de gente trabalhadora e humilde, num país que não dava oportunidades nem queria ensinar os jovens. Tudo o que pudesse ter sido sonhado se esvaía e nem na memória guardado, que a vida não se compadecia com esses devaneios. Havia o Liceu, as aulas, as exigências da vida na grande urbe, as solicitações várias, e todos esses sonhos, promessas e utopias tinham ficado escondidos no negrume das noites sem estrelas da grande cidade. Tempos sem malícia nem sordícia que a ingenuidade dos anos não deixa esbater.

*Deverão estas memórias ser vistas apenas nesta feição?
Representarão algo mais do que essa libertação inatingível?
Serão uma mera recriação mitológica que a saudade da distância intercontinental matizou em tons rosa?
Não será apenas a voz mais forte desse apelo inelutável que é o regresso às origens e raízes de cada um?
As raízes não estão onde as queremos, mas onde as sentimos.
O reencontro anunciado e desejado com a terra onde se foi feliz?
Teriam sido os momentos de ventura de mim enquanto jovem?
Dias e meses em que as mentiras e hipocrisias da sociedade urbana não molestaram?
Ou seria aí o limbo da inocência perdida?*

Foi ali que vi realmente as estrelas, pela primeira vez com olhos de ver, sem saber os nomes de tanta constelação que ia decifrando pelos formatos que me eram familiares, e ia dando conta do tamanho do firmamento, acreditando no infinito do universo, interrogando-me no que haveria nessas estrelas ou se estaríamos sós neste planeta? Era impossível não haver outros mundos, outros seres naquela infinitude de astros e planetas. O homem ainda não chegara à lua e nós ali a sonhar que podíamos voar para longe até às estrelas, bastava querer, fechar os olhos e deixar-nos ir... e deixávamo-nos transportar pelos céus. Nunca soube o que acontecera à atraente Benilde com quem partilhei sonhos proibidos, na idade em que tudo é possível e nada parece inalcançável. As minhas tias-avós achavam piada àquele meu encantamento por uma mulher da terra, evento que sempre enriquecia as suas conversas quando eu não estava presente, e a pacatez rural em que viviam.

(PS: vim a saber pela minha prima Beatriz Licínia - em 2019 - que estava viva e bem na grande cidade. Um dia posso mandar-lhe estas notas sobre tempos de que não se deve lembrar.

1.3.2. ALFÂNDEGA DA FÉ. LENDAS E TRADIÇÕES ALFÂNDEGA DA FÉ

Já Alfândega da Fé, a terra onde a minha mãe nascera, permaneceu inalterada nestes 70 anos, exceção feita ao novíssimo Centro Cultural José Rodrigues inaugurado em 2005 e muito pouco mais a assinalar.

Alfândega (da Fé) é um nome de origem árabe dos séculos VIII e IX (Alfandagh). É possível que já existisse um povoado de origem castreja, o que não será de admirar, porque no concelho existem vestígios arqueológicos desse e de períodos anteriores. Durante a ocupação árabe foi sede administrativa importante da região "Valiato de Alfandica", mas é a 8 de maio de 1294 que D. Dinis lhe concede carta de foral e define os primeiros limites geográficos do concelho.¹⁷ Em 1320, o mesmo rei mandou reconstruir o castelo¹⁸, anterior ao primeiro foral e provavelmente construído pelos mouros.

Em Alfândega da Fé a divulgação das ideias republicanas verificou-se muito antes de 1910 podendo considerar-se que já nas manifestações a favor da restauração do concelho (1895 a 1898) estes ideais estiveram presentes no pensamento de alguns dos protagonistas desses episódios, sobretudo de Ricardo Raphael d'Almeida, uma das figuras que assinam o "Auto de Proclamação da República" no concelho. Um tio-avô materno, foi dos primeiros republicanos na região. De facto, os ideais republicanos acabaram por ganhar corpo em 1908, com a fundação da primeira Comissão Municipal Republicana¹⁹, iniciativa do jovem Joaquim Cândido de Mendonça, que foi seu presidente²⁰

Sendo um concelho antigo e para mais com um nome de origem árabe, é fácil compreender por que razão o imaginário popular gira fundamentalmente em torno das lendas das "mouras encantadas", não havendo quase freguesia nenhuma onde esse tipo de situações não nos apareça. Contudo, existem duas lendas mais estruturadas e, com ligação a factos históricos, como é o caso da "Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas", que pretende explicar uma parte do nome da vila e marca a resistência dos cristãos face à ocupação muçulmana e a "Lenda de Frei João Hortelão", relacionada com uma personagem real e que, tenta explicar a existência, na localidade de Valverde, de uma importante cruz processional.

1.3.3. LENDAS

1.3.3.1. LENDA DOS CAVALEIROS DAS ESPORAS DOURADAS, OU DO TRIBUTO DAS DONZELAS.

Tanto quanto pude apurar, esta lenda (e o tributo das donzelas), tem sido referida em várias publicações²¹. Recentemente foi publicado pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé um romance inédito (em livro) de João Baptista Vilares, cujo tema é A Lenda dos Cavaleiros das Esporas Douradas, ou do Tributo das Donzelas que pode resumir-se assim:

Existia um mouro que, do castelo do Monte Carrascal, Chacim (foi vila e pertence ao concelho de Macedo de Cavaleiros) dominava a região, incluindo Alfândega e Castro Vicente (também foi vila e hoje pertence ao concelho de Mogadouro) e como feudo exigia às populações a entrega de donzelas. Revoltados com o "tributo de donzelas", os moradores de Alfândega (nomeadamente Vilares da Vilariça) reagiram com armas, tendo os "Cavaleiros das Esporas Douradas" organizado uma investida contra o mouro, apoiados pelos de Castro Vicente. Na batalha, apesar de aguerridos os cristãos tinham dificuldades em vencer os muçulmanos e estavam a perder, tantos eram os mortos e os feridos; mas apareceu N. Sra. que foi reanimando os mortos e curando os vivos, passando lhes um ramo de bálsamo que trazia na mão; o grupo dos cristãos foi-se recompondo e os muçulmanos foram rechaçados terminando a obrigatoriedade do tributo.

No local construiu-se a capela de N. Sra. de Bálsamo na Mão, hoje santuário de Balsemão; o local da chacina deu origem a Chacim, que foi sede de concelho ao século XIX; e Alfândega, graças à valentia dos cavaleiros da fé cristã, passou a designar-se Alfândega da Fé. Relativamente à lenda e para explicar os cavaleiros, o Padre Manuel Pessanha sugere que Alfândega da Fé tenha sido sede de ordem militar, "antiga, anonyma, muito anterior aos templários, e qualquer ordem militar conhecida". O Padre Carvalho da Costa, na sua "Chorographia", refere a existência de duzentos cavaleiros, mas o Padre Luís Cardoso, no "Dicionário Geográfico", refere apenas 25.

1.3.3.2. LENDA DE FREI JOÃO HORTELÃO.

Frei João Hortelão, nasceu em Valverde, em data incerta. João Baptista Vilares²² refere o ano da morte, 1499, data que parece não condizer com a peça de ourivesaria "Cruz de Valverde", a que se liga o percurso "lendário". Na verdade, este devoto tem uma biografia por terras de Portugal e Castela de rumos pouco conhecidos, a lenda resulta mais do imaginário popular do que de verdadeiros acontecimentos. O caráter religioso e as virtudes pessoais, como o facto de ser de famílias pobres e ligadas à pastorícia, foi ao longo dos séculos, envolvido em histórias que ninguém comprova, incluindo o espírito profético que o levou a adivinhar a morte.

Entre as "façanhas", quando jovem, como escreve Vilares, "deixava o gado à volta do cajado e ia ouvir missa à outra margem do rio Sabor. Quando regressava, o gado estava no mesmo sítio quieto e manso. O amo, sabendo isto, proibiu-lhe a passagem do rio na barca, mas continuou na sua missão atravessando a corrente, servindo-se da capa para barco. O patrão, não gostando de tais ausências, despediu-o e ele se dirigiu para Castela, sempre mendigando pelo caminho. Mas o espírito "milagroso" não se ficou por aqui. Na freguesia, existe um local, o "bardo do Frei João" onde, de acordo com a tradição, deixava o rebanho sem as habituais guardas de madeira, e os animais não saíam, de tal forma que ainda hoje se mantém sempre com verdura! Despedido, Frei João Hortelão terá rumado a Castela e ficado na vila de Ledesma, (Salamanca) tomando o hábito de leigo no convento de Santa Marina.

Na descrição Vilares não mencionou que onde Frei João Hortelão deixava o gado cresceu, segundo a tradição, uma cornalheira de dimensões fora do vulgar, transformada em árvore frondosa, cuja folhagem se mantém verde todo o ano, ao contrário do que acontece com este arbusto, de folha caduca! Talvez "a outra margem do rio Sabor" não corresponda à verdade e seja a antiga povoação de Cilhades, na margem direita, que dá para a encosta onde se encontra a tal cornalheira.

Diz J. Vilares, que "por esmolas, conseguiu edificar a igreja matriz de Ledesma onde se conserva, segundo a tradição, uma gota de leite da Virgem e uma madeixa do cabelo tudo obtido pelo santo varão". Fernando Pereira nega estas afirmações. É indiscutível que viveu em Ledesma, onde está sepultado, e onde se confirmam registos populares de santidade, nos dotes para afastar os pássaros das sementes das hortaliças, que, acabou por lhe dar o nome! No entanto, a grande façanha é mais espantoso e menos explicável, porque contraditório com o seu viver conventual: "com bocadinhos de prata que ia guardando na oficina onde trabalhava fez a formosa Cruz Processional", símbolo maior da ourivesaria que Valverde guarda com sentimento de Fé, de misticismo e de patriotismo. A Cruz foi trabalhada em Castela, não em Ledesma, provavelmente em Astorga e o respetivo ourives é conhecido, através da punção na peça. "Pelos caraterísticas técnicas, esta cruz

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

e o par de galhetas, não poderão ir além da segunda década do século XVI"; ou seja, a ser verdadeira a data da morte de Frei João Hortelão, não existe coincidência entre a vida do mesmo e o fabrico da peça. Uma coisa é certa: a Cruz de Valverde foi executada numa oficina registada e tem os brasões das famílias Velasco e Avellaneda, de Castela, ligadas por laços matrimoniais, mas sem ligação a Valverde. Fica a hipótese, que continua a alimentar a lenda, corroborada por Fernando Pereira: veio a Cruz, pelas mãos de Frei João Hortelão, parar a Valverde?! E como explica que peça tão importante, representativa da ourivesaria castelhana do séc. XVI, tenha chegado até esta distante povoação do Nordeste Transmontano? Que haverá de mais interessante do que manter as dúvidas por desconhecimento histórico...e perceber que as Lendas não se mudam no imaginário popular, por maior que seja o nosso conhecimento científico?

1.3.3.3. FREI JOÃO HORTELÃO

No meu Cancioneiro Transmontano 2005 (Santa Casa da Misericórdia de Bragança) tenho outra versão

Pascoal era o nome de batismo. Nasceu em Valverde e ali guardava gado. Foi para uma aldeia vizinha, Eucísia. Eram pouco gentis com ele e daí foi dar ao Felgar. Apresentou-se com o nome de Ildefonso, mas o povo chama-lhe Alifonso. Apascentava também o gado com a condição de o patrão autorizar ir à missa. O patrão discordou e deu ordens ao barqueiro de o não passar, quando andasse do lado de lá, para ir à missa. Então punha o gado à volta do cajado e deitava a capa na água e assim conseguia transpor as águas para a outra margem. O patrão proibiu-o de guardar o gado, mandando-o tratar da horta. Proibiu-o de ir à missa, porque tinha de ficar a guardar os pássaros e as galinhas. Ele batia-lhes as palmas. Vinham os pássaros e as galinhas e metia-os numa adega. O patrão ao ver neste fenómeno algo de anormal, quis entabular conversa com o Ildefonso, mas este nada respondia. Resolveu ir para Espanha e entrar num convento, em Castela. Ali os monges puseram-lhe o nome de Frei João Hortelão, porque quis dedicar-se à cultura da horta. Plantava as couves com a raiz para cima e ia à cozinha dizer para ir colher folhas, que as couves estavam frondosas! Enviou para Valverde uma linda casula, uma custódia e um sino. Nas trovoadas iminentes tocam-no, e dispersam-se e nunca deixam prejuízo. Enviou também uma cruz gótica de filigrana, do séc. XV. Para a Eucísia, reza a lenda, que enviou um sino de cortiça com badalo de lã.

RECOLHA (1985) de Hermínia Trigo, Ferradosa – Alfândega da Fé.

1.3.3.4. LENDA DA PIA DOS MOUROS

Em tempos, os mouros ocuparam a região. Presume-se que ALA seja mourisca (Alla). Existe no local de Perafita uma fraga enorme que, numa cavidade, em dia de chuva, armazena muita água. Perto da ribeira, existe a Pia dos Mouros, cavada na referida fraga, para dar de beber aos cavalos, e aos demais animais. As mouras lindíssimas eram vistas por cristãos, e uma delas, filha do Emir Mourisco, amava um jovem cristão às escondidas dos pais. Nunca acedeu a contrair amores com outro mouro, a quem seus pais a destinavam.

Ao tempo já se fazia guerra para a expulsão dos Mouros. Sentiram os mouros que teriam de abandonar esses locais, e começaram a retirada. Numa noite, encontrou-se a linda jovem moura com o seu amado e jovem cristão. A moura disse: - Tenho de fugir com os meus pais, pois sabes que a isso sou forçada, e se assim for, jamais nos encontraremos. O que pensas disto? Respondeu-lhe o jovem cristão: - Eu não te deixo por nada deste mundo. A mourinha, encantada com a resposta, disse-lhe: - Eu não posso cá ficar, e tu não podes ir comigo, e eu não quero deixar-te por nada deste mundo. - Queres ajudar-me agora a encher a Pia dos Mouros? É de noite e ninguém vê. O jovem cristão respondeu que sim. Começaram a encher a pia de água. Depois de bem cheia, disse a jovem moura, para o seu amado cristão: - Nem eu vou com os meus pais, nem tu vais. Vamos selar o nosso amor aqui mesmo. Depois, afogamo-nos na mesma pia, que será a nossa cama de núpcias. E assim sucedeu. Quando ao amanhecer, os mouros foram dar de beber aos seus cavalos, encontraram na pia dos mouros a moura e o cristão afogados, de mãos dadas, e com os lábios colados, dizendo ao mundo, em nome do seu amor, que em amor não há distinção de raças ou religiões... Hoje os mais velhos habitantes da povoação de Ala, ainda cantam a quadra, simples, que algum poeta antigo escreveu:

Existe na Perafita,

Uma enorme pia

Que os mouros lá fizeram

Para beber sua cria.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, Sambade – Alfândega da Fé.

2.3.3.6. A LENDA DO REI QUE FOI À CAÇA

Um dia o rei foi à caça e perdeu-se no caminho quando começou a anoitecer. Viu ao longe uma luzinha e dirigiu-se para lá. Bateu à porta e, entrando, contou o que lhe aconteceu e ali pernoitou. Fizeram-lhe a ceia, batatas cozidas. No fim de as comer disse: - Estas batatas sabem-me melhor do que faisões. Ao amanhecer, o rei partiu para o palácio, agradecendo a boa vontade em o recolherem.

Então o dono da casa disse para a mulher que ia levar ao rei uns sacos de batatas visto o rei gostar tanto delas. Partiu, e chegando ao palácio, o rei o reconheceu e perguntou-lhe: - O que vens fazer?

O homem respondeu: - Venho trazer estas batatas, visto lhe saberem melhor do que faisões.

O rei mandou recolhê-las, agradeceu e encheu os sacos de presentes e dinheiro. Mal chegou a casa contou tudo à mulher. Os vizinhos também se aperceberam. Um deles fez logo o mesmo, dizendo para a mulher "Se gostou tanto das batatas dele, mais gostará das nossas que são melhores". Chegando ao palácio disse ao rei que as batatas dele eram melhores do que as do vizinho, que lhas oferecia. Então o rei

Crónica Açores: uma circum-navegação AUTOBIOGRÁFICA 2020

compreendeu a intenção e disse-lhe: - Se as batatas do teu vizinho me souberam melhor do que faisões, é porque tinha fome. Agora sai daqui, porque eu podia castigar-te pela tua má intenção. O homem saiu envergonhado com o insulto do rei.

Ó inveja, ó inveja,

Que reinas no mundo assim?!

Há muito tempo que existes,

Assim a mostrou Caim.

RECOLHA (1985) de Judite do Sacramento Rodrigues, *Sambade – Alfândega da Fé*.

2.3.3.7. A LENDA DO PADRE DO MINHO

Veio para esta aldeia, há muitos anos, um padre minhoto com uma irmã, e segundo diziam, dava conversa ao barbeiro do padre. Este, um dia, não gostando da cortesia do barbeiro, matou a irmã e enterrou-a no adro da igreja. Várias pessoas lhe perguntavam pela irmã, às quais respondia que tinha ido para a terra natal. Passados alguns anos, foi preciso alargar a igreja. Ao fazer o desaterro, encontraram o cadáver intacto. Foi depois enterrada no altar-mor e considerada santa. O povo indignado fez os seguintes versos:

Passei por trás da igreja

Cheirou-me a pera madura.

D. Maria Luísa

Metida na sepultura

Passei por trás da igreja

Cheirou-me a pera marmela

D. Maria Luísa

Metida debaixo da terra

RECOLHA (1985) de Olinda Pereira, *Sambade – Alfândega da Fé*.

1 A tuberculose é provocada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, ou bacilo de Koch que a descobriu em 1882. O contágio faz-se por via respiratória, por inalação de gotas de saliva suspensas. Afeta pessoas com defesas debilitadas por má nutrição, alcoolismo, diabetes, doenças infecciosas graves e doenças de deficiência imunológica. Ao primeiro contacto do tecido pulmonar com o bacilo, produz-se a primo-infeção. Os micro-organismos que entram pelas vias respiratórias causam a reação defensiva que os encapsula, formando um pequeno nódulo. A primo-infeção passa despercebida em 90% dos casos. A primo-infeção costuma ocorrer nas primeiras décadas de vida, embora passe despercebida e sem consequências relevantes.

2 perto, havia o Zé do Telhado, alcunha de José Teixeira da Silva, nascido em 1818 na aldeia de Castelões, Penafiel, filho de um capitão de ladrões. Famoso salteador e chefe da quadrilha mais afamada do Marão, executou inúmeros assaltos entre 1842 e 1859, conhecido por "roubar aos ricos para dar aos pobres". Foi preso em 1859 ao fugir para o Brasil. Esteve preso na Cadeia da Relação, onde conheceu Camilo Castelo Branco. Em 1861 foi condenado ao degredo em Malanje, foi negociante de borracha, cera e marfim. Casou com uma angolana, Conceição, teve três filhos e morreu de varíola em 1875.

3 As atuais Estradas Nacionais são as do Plano Rodoviário de 1945 que as classificava em três classes: de 1ª classe numeradas de 1 a 125, de 2ª classe 201 a 270 e de 3ª classe, 301 a 398. Os números de 1 a 18 eram reservados aos Itinerários Principais, para as capitais de distrito.

4 Altino Amadeu Pinto de Magalhães (n. a 8 maio 1922 - Faleceu em 24.1.2019) general do Exército português, nomeado Governador Militar dos Açores, em janeiro de 1975, funções que desempenhou até 29 de agosto de 1976. Nesse período de tensões autonomistas registaram-se graves incidentes que a história registou para memória futura. Acumulou o cargo com o de presidente da Junta Regional dos Açores, agosto de 1975- agosto de 1976.

5 O traçado previa a ligação a Vinhais, depois abandonada. Em abril 1910, o distinto bragançano Abílio Beça, um dos principais promotores da linha, morreu trucidado por um comboio. A Linha do Tua registou em 120 anos de exploração um único acidente mortal. Desde que a construção da Barragem do Tua ganhou o apoio da EDP e do Governo houve 4 acidentes, 4 vidas, que ensombream a linha paradisíaca, ameaçada pela construção da nova barragem. Há quem suspeite de sabotagem, mas ninguém o diz. Em 11 de janeiro de 1883, ano em que a Linha do Douro chegaria à estação do Tua, a Câmara de Mirandela apelou ao Rei D. Luís I para a aprovação da Linha do Tua, com o apoio da Associação Comercial do Porto, que pretendia dar mais força ao Vale do Douro. Em 26 de abril de 1883, é lançado o concurso para a construção, ficando ao Conde da Foz adjudicada a obra; viria a trespassá-la à Companhia Nacional de Caminhos-de-Ferro (CN - cujo símbolo é visível na estação de Bragança), em dezembro. Em 26 de maio de 1884 é confirmada a adjudicação da obra à CN. A 16 de outubro, começa a ser construída, a partir de Mirandela, rumo à Foz do Rio Tua, inserida num vale plano, até chegar ao estreitamento de Abreiro, apenas um túnel foi escavado (Frechas), além de esporádicas trincheiras e pontões, e a única ponte metálica no Cachão. No entanto, Abreiro tornou-se o prenúncio de uma das obras mais extraordinárias da engenharia portuguesa. Fruto das dificuldades do terreno, e de uma força de trabalho conflituosa, o engenheiro responsável deixou o lugar vago, dando lugar a um dos mais notáveis engenheiros portugueses do século XIX, o açoriano Dinis da Mota. Com Abreiro ultrapassado e a maior ponte metálica até então necessária (destruída e substituída após cheias no início do século XX), entra-se no Baixo Tua, e começa a fase mais épica da construção. Em 10 km, a partir da estação do Tua, foram necessários dois viadutos, uma ponte (Presas, Fragas Más e Paradela) e cinco túneis (Presas, Tralhariz, Fragas Más I e II, e Falcoeira) que totalizam 456 metros. Na zona das Fragas Más, garganta do vale de rochedos titânicos, foram conquistados à Natureza com métodos e homens tão temerários como os que ficavam presos por uma corda a uma plataforma elevada nas escarpas, baixados até à plataforma da via, onde acendiam o rastilho da dinamite e eram subidos para a plataforma, antes de a encosta vomitar pedaços de rocha na explosão. A 27 de setembro de 1887 a Linha do Tua era inaugurada, com a locomotiva E81 batizada Trás-os-Montes, conduzida pelo próprio Dinis da Mota. Em Mirandela, a grande estação (a maior estação de via estreita) acolhia figuras ilustres e El-Rei D. Luís I. O troço Carvalhais - Bragança foi encerrado em 1992, em controvérsia. Em dezembro de 1991 se encerrou o troço Mirandela - Macedo de Cavaleiros, deixando o troço até Bragança isolado da rede nacional. Poucos dias depois, um descarrilamento em Sortes forçou o encerramento do troço. A operação de encerramento definitivo do troço Mirandela - Bragança ocorreu durante a noite, sem aviso prévio, e

simultaneamente em Bragança e Macedo de Cavaleiros com a presença de forças policiais, para evitar o registo de imagens, e afastar a população, que ocorreu às estações. Para evitar a recuperação da via, todo o material circulante foi retirado por via rodoviária. Nessa noite um súbito corte nas telecomunicações leva que o evento seja recordado como A Noite do Roubo. Em julho 1995 é inaugurado o Metro de Mirandela, reabrindo a linha entre a cidade e Carvalhais. Parte do trajeto da Linha do Tua ameaçada de submersão pela albufeira para a barragem foi submersa a linha, deixando-a isolada da rede nacional (e assim a destruíram...)

6 Limitado a norte pela Espanha (Alcanices), a leste por Miranda do Douro, a sul por Mogadouro, a oeste por Macedo de Cavaleiros e a noroeste por Bragança. Em Angueira e Vilar Seco, fala-se o mirandês. Havia falantes em Caçarelhos, mas desapareceram. Aqui correm os rios Angueira e Maçãs, e há vestígios de ocupação castreja, nomeadamente o designado Cabeço de Atalaia, sobranceiro à vila. Vimioso é de muito o remota origem, sendo nomeado nas Inquirições de 1258, de D. Afonso III. Recebeu foral e foi constituído Concelho em 1516, por D. Manuel I. O castelo de Algoz sobre um promontório alcantilado, no Cabeço da Penenciada, a 681 m., rodeado pelos profundos vales dos rios Angueira e das Maçãs, tem ainda a torre de menagem, no interior da qual são visíveis três registos de ocupação, sendo os dois primeiros de habitação e o último de defesa. Argozelo guarda castros importantes. Ligado à imagem de Vimioso está o apreciado lagostim de água doce e as pontes romanas nos rios Sabor, Angueira e Maçãs, o Cruzeiro de Caçarelhos do séc. XVIII e as grutas de Santo Adrião, com mármore e alabastro. Vimioso foi um ponto de defesa fronteiriça nos primórdios da nação. Na vila, quase nada resta do castelo, mas vale a pena o pelourinho em frente da Câmara Municipal, as casas brasonadas. A Matriz é um templo maneirista, do séc. XVII (concluída em 1570), românica com duas torres e um teto magnífico, sinos e relógio, e as ruínas do Solar dos Marqueses de Távora e casas de quartzo e granito, com portas e janelas estreitas.

7 Trata-se de uma casa brasonada que ostenta o brasão dos Condes de Vimioso, título criado por D. Manuel I, rei de Portugal por carta de 02-02-1515 a favor de D. Francisco de Portugal, 1º conde de Vimioso, o qual era filho legitimado primogénito do Bispo de Évora e 1º Duque de Bragança D. Afonso, e neto do rei D. João I e neto do conde de Ourém e 1º Marquês de Valença. O 2º conde, Afonso de Portugal (1519-1578) acompanhou (e morreu com) D. Sebastião e com o filho D. Francisco que foi libertado de Alcácer-Quibir e morreu nos Açores em 1582, prisioneiro dos espanhóis. D. Luís foi o 4º Conde preso no castelo de S. Torcaz pelos espanhóis e a quem foram confiscados todos os bens, só recuperados em 1590 e extintos em 1770.

8 *hoje designada TURISMO RURAL BELA VISTA, explorado pela Beatriz Licínia, prima direita da minha mãe e da minha idade. À esquerda o vale da Vilarça e em frente à Eucísia, fica Sambade*

9 Mas a verdadeira Lenda das Feiticeiras é esta: Reza a lenda que quando esta freguesia integrava o arcebispado de Braga era, amiúde, visitada por um padre do Minho. O sacerdote vinha visitar a Igreja e verificar se tudo corria bem pela paróquia. O abade era também pessoa de boa mesa e boa pinga, fazendo jus a uma característica que esteve associada a estas figuras. Certa noite, depois de um jantar muito bem comido e ainda melhor bebido na casa onde ficava hospedado na Eucísia, o padre foi-se deitar. A meio da noite e para fazer as necessidades fisiológicas sentidas dirigiu-se às cavalariças. No entanto, embalado pelo sono ou pela bebida, aí se deixou ficar até de manhãzinha, altura em que deram com ele a dormir neste local. Em desculpa disse não se recordar como tinha ido ali parar e atribuiu tal feito às Feiticeiras. Foi assim que a Eucísia ficou conhecida como terra das feiticeiras. Desde então quem passava pela localidade temia o poder das feiticeiras e até havia quem trouxesse trovisco para as afastar.

10 *ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança.*

11 *No séc. XV, os primeiros tinham 20-22 cordas de latão, a vibrar num sistema pouco eficaz. Na ponta da tecla havia uma lâmina metálica (tangente) na vertical. O movimento da tecla fazia a tangente encostar à corda, mais "agitada" do que vibrada. Entre o séc. XV e XVIII o clavicórdio passou por estádios experimentais. As teclas aumentaram para 50, agrupadas sobre 5 pestanas, tal como no KE chinês, instrumento de corda beliscada. Em 1725 Daniel Faber fabricou um com uma corda para cada tecla e uma fita de feltro entrelaçada na parte não vibrante para evitar vibrações desnecessárias e desagradáveis. No início do séc. XVIII o clavicórdio reúne características do piano: Tampo harmónico independente, cordas de metal, a agitação da corda por percussão e abafadores. Apesar do volume de som ser fraco, o clavicórdio produzia delicados gradientes de toque, permitindo executar crescendos e diminuendos. João Sebastião e Emanuel Bach escrevem para este instrumento, tirando partido das possibilidades de vibrato que o mecanismo proporciona.*

12 (ver <https://www.bedandbreakfast.eu/bed-and-breakfast/eucizia/bela-vista-silo-housing/1433272/>)

13 (tal como aqui nos Açores continuam a fazer)

14 (folhas frescas apanhadas nas imediações, eram só verdes e não desenhos elaborados de verdes e flores como aqui nos Açores)

15 O equivalente ao vinho de cheiro micaelense

16 (Phoebe, deusa da lua na Mitologia Grega; brilhante como o seu neto Apolo).

17 *confirmado por D. Manuel, em 1510.* Um ano depois o monarca concede-lhe carta de feira, mas com a particularidade de obrigar que a mesma se realizasse depois da de Mogadouro e antes da de Mirandela. No entanto, a transformação em concelho medieval só aconteceu com foral de D. Dinis

18 *Em 1385 D. João I obrigou os moradores de Alfândega da Fé a trabalhar na reconstrução dos muros de Torre de Moncorvo, talvez como "castigo" pela vila ter tomado partido por Castela, mas foi também o primeiro monarca a passar por Alfândega na viagem que o levou a Torre de Moncorvo e Bragança (1396). No séc. XV, há a criação (1498) da Misericórdia de Alfândega da Fé e a população não ia além dos 150 vizinhos. Luís Álvares de Távora intitulava-se senhor de Alfândega. É desse tempo a construção da ponte de Zacarias. Dos Távora restam poucos elementos: a casa foi transformada e o que resta não revela grande traça arquitetónica, merece registo o campanário atualmente na Capela de S. Sebastião, o portal da entrada da casa, também deslocado para uma casa particular, e a Capela dos Ferreiras, com brasão picado, a identificar ligações à família. ... Na sede do concelho merece visita a Capela da Misericórdia (inicialmente ermida). Rui de Pina, na Crónica de D. Dinis, descreve a reconstrução, mas há dúvidas de interpretação, com a hipótese de a localidade árabe não se ter situado no local onde se encontra a atual Alfândega da Fé:*

"Ano de 1320. Povoo de novo e fez os castelos de Vinhais, Vila Flor, Alfândega, que mudou para o lugar onde agora está que se chamava antigamente cabeço de S. Miguel." Este castelo desapareceu. O recenseamento do ano de 1530 já o indica como "derrubado e malbaratado" e nunca recuperado, embora o Tombo dos Bens do Concelho de 1766 ainda identifique os "antigos muros" pelo que, a Torre do Relógio, atual ex-libris da vila, na zona conhecida por Castelo, parece ser o que resta do antigo castelo medieval. Um estudo de Belarmino Afonso refere que a igreja de Malta pertenceu à Ordem desde D. Sancho I, no século XII. Ora, a carta de foral de D. Dinis já identifica Alfândega da Fé com o vila e possuindo castelo, é de admitir que existisse anteriormente com esse nome, e a lenda só teria sentido se fosse mais antiga, pois os acontecimentos servem para explicar o "da Fé", a lenda pode ser anterior à própria nacionalidade e transformar-se num elemento de estudo que comprove o papel que a vila teve durante o domínio muçulmano. Entretanto, não deve excluir-se a possibilidade de o imaginário popular ter encontrado na Ordem de Malta a ideia dos cavaleiros.

19 http://resistente.3e.com.pt/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=65.

20 e da qual fizeram parte Simão Machuca; Viriato da Costa Pessoa; Ignácio Baptista; Arthur de Magalhães; Camilo Augusto Correia, Afonso Brandão Leite Pereira Cardoso de Menezes (recedor); António Manuel d'Azevedo Costa (1º substituto do Juiz de Direito); Carolino Augusto

Trigo; Bernardino Arthur de Magalhães²⁰; Norberto Augusto de Carvalho; Ricardo Raphael d'Almeida; Thomaz da Costa Pessoa; António Manuel de Carvalho e Castro (escrivão de direito); Leopoldo José d'Azevedo; Accácio Augusto da Fonseca; Joaquim Manuel Pires (2º aspirante de Fazenda); António Baptista Azevedo; Manuel António do Rego; Daniel Maria Cardoso; João Bernardino Ferreira; António Fonseca Pimentel; Alfredo Augusto de Faria (escrivão de direito); Álvaro José Pires (negociante); António Francisco de Castro; Abel Maria Cardoso (solicitador); João Pedro de Souza Sarmento (escrivão da Câmara); Mário Arthur de Novaes Ferreira Sá (amanuense da Câmara); Francisco de Assis Ferreira; José António d'Oliveira Moraes; Luiz Manoel da Costa Pessoa (2º comandante da armada nº 53451); Norberto Augusto Martins; Luciano da Purificação Silva; José Luís Franco; João de Deus Martins; Francisco d'Assis Teixeira d'Araújo; João Baptista Pessoa Amaral; António Manoel Trigo; António José da Silva; Alexandre José Martins; António Manuel de Sá; António Francisco Villares; Mathias Dias da Silva; Ignácio Salgueiro; Francisco Maria Cordeiro; Joaquim António d'Araújo.

21 como no "Santuário Mariano", "Monarchia Lusitana" de frei Bernardo de Brito, na "Chorographia" do Padre Carvalho da Costa, no "Dicionário Geográfico" do Padre Luís Cardoso e em publicações mais recentes

22 na Monografia do Concelho de Alfândega da Fé,